

jornal

FEVEREIRO 2024

Federação Nacional da Educação



NAS ESCOLAS E NA RUA
+ESPERANÇA

ÍNDICE

3 - 4

EDITORIAL

5 - 39

AÇÃO SINDICAL

40 - 42

TEM A PALAVRA

43 - 44

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

45 - 67

INTERNACIONAL

68 - 72

SAÚDE



EDITORIAL



Temos que continuar a ser ativos e proativos, na proposta e na ação

Em 10 de março de 2024 teremos eleições legislativas. Sejam quais forem os resultados destas eleições, a luta dos professores vai continuar. A FNE e os seus sindicatos não desistem das suas justas reivindicações e têm preparadas diversas atividades, no plano reivindicativo e no plano de intervenção política.

Estamos a trabalhar no roteiro para a legislatura, que apresentaremos oportunamente ao governo que sair das eleições de 10 de março de 2024. Até ao dia 16 de fevereiro, todos os professores, comunidade educativa e outros interessados tiveram a oportunidade de contribuir para a construção deste roteiro, dando a sua opinião, o seu contributo, através do site oficial da FNE, www.fne.pt. Queremos uma educação de qualidade, entendida como um direito humano, uma educação inclusiva que promova a equidade, quer na escola, quer na sociedade. Queremos um estatuto social valorizado para todos os docentes e carreiras reconhecidas, dignificadas e valorizadas para todos os trabalhadores da Educação.

Convidámos os partidos políticos a assinar uma declaração de compromisso pré-eleitoral, para a devolução aos professores, dos 6 anos, 6 meses e vinte e três dias. Declaração já assinada pelo Chega, PAN e Livre. O Partido Comunista Português, através do deputado Alfredo Maia, recusou assinar esta declaração de compromisso pré-eleitoral. Justificou que já o fez, através de iniciativas legislativas e intervenção na AR, tal como consta no seu programa eleitoral para a educação. Entendeu o PCP não ser necessário assinar a declaração de compromisso.

No dia 16 de fevereiro, realizamos em sessão pública uma Mesa Redonda com todos os partidos políticos e alianças que concorrem às legislativas. Foram apresentados e debatidos os diversos programas e compromissos eleitorais para a Educação, para a próxima legislatura.

Temos sido muito ativos e proativos na proposta e na ação em matéria reivindicativa, na luta dos trabalhadores e nas políticas educativas.

Lançámos a candidatura virtual e fictícia às eleições legislativas de 2024, de Maria Esperança Portugal, através de conferência de imprensa, realizada no dia 9 de fevereiro de 2024, em Lisboa. A candidatura de Maria Esperança Portugal tem como objetivo apresentar propostas para uma Educação de qualidade para todas as crianças e jovens, bem como para todos os Profissionais da Educação. Mais uma vez colocamos em discussão e na agenda política a necessidade imperiosa de dotar o Orçamento Geral de Estado de recursos financeiros que valorizem e tornem atrativa a carreira, que valorizem os seus profissionais, que criem condições favoráveis à fixação de docentes em zonas onde haja a sua falta, através de incentivos fiscais em matéria de despesas de deslocação e de arrendamento de habitação.

O problema da falta de professores combate-se formando novos professores, que substituam os que se aposentam e os que abandonam a profissão que crie condições dignas de trabalho, onde as pessoas sejam respeitadas e valorizadas. Criando uma carreira que não separe as famílias, que as proteja na doença e crie condições para que qualquer jovem opte por ingressar na formação inicial de professores. Estou convicto que será sempre uma profissão que vale a pena. Não é o exercício da profissão que afasta os jovens, esta é apaixonante. É a consciência de que não é uma carreira compensadora, face a outras profissões mais atrativas e mais valorizadas.



ANTÓNIO JORGE PINTO
VICE-SECRETÁRIO-GERAL DA FNE

SESSÃO PÚBLICA COM PARTIDOS POLÍTICOS

OS FUTUROS DA EDUCAÇÃO

16 FEVEREIRO 2024

14:30-18:00h

Auditório do SPZN - Rua Costa Cabral, 1035 - Porto



ÃO DESISTO!



TRANSMISSÃO ONLINE - ZOOM



aFiet
Associação para a Formação
e Investigação em Educação
e Trabalho



FNE e AFIET escutam propostas dos partidos políticos

A FNE e a AFIET reuniram, na tarde de 16 de fevereiro de 2024, no Auditório do SPZN no Porto, representantes de partidos políticos para um debate/apresentação das propostas destes para a legislatura, que resultará das eleições de dez de março próximo.

Com o tema “Os futuros da Educação”, esta ‘mesa redonda’ híbrida, gerida por Maria João Cardoso (FNE), foi uma oportunidade que a Federação ofereceu a oito organizações partidárias para que pudessem trazer para a mesa da campanha propostas que permitam reverter os problemas da Educação, verificados em Portugal.

Alexandre Homem Cristo (AD), Miguel Correia (BE), Isabel Souto (CDU), José Carvalho (CHEGA), Matilde Rocha (IL), Jorge Pinto (LIVRE), Anabela Castro (PAN) e Porfírio Silva (PS) apresentaram as propostas e soluções de cada partido, para uma legislatura que vai enfrentar duros desafios no sistema educativo, envolvendo alunos, educadores, professores, pessoal de apoio educativo e comunidades educativas.





Coube ao Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, dar as boas-vindas aos oradores convidados, lembrando que aquela sessão servia para "conhecer os compromissos essenciais dos Partidos Políticos para a área da Educação na próxima legislatura, promover um debate aberto e construtivo sobre os desafios e as oportunidades que se apresentam ao sistema educativo e reforçar a importância da Educação como pilar fundamental para o desenvolvimento do país".

O líder da FNE assumiu que "a Educação é a chave para um futuro mais próspero, justo e sustentável para Portugal. É por isso que convidamos todos os participantes a se envolverem ativamente nesta sessão, contribuindo para um debate profícuo e enriquecedor".

SESSÃO PÚBLICA COM PARTIDOS POLÍTICOS

OS FUTUROS DA EDUCAÇÃO

16 FEVEREIRO 2024 14:30-18:00h

Auditório do SPZN - Rua Costa Cabral, 1035 - Porto

AD comprometida com devolução de todo o tempo congelado

Alexandre Homem Cristo apresentou as principais medidas da Aliança Democrática (AD) para a educação, sublinhando que Portugal tem realmente um grave problema com o envelhecimento da classe docente, "seis vezes acima da média europeia". Na sua intervenção, relevou medidas essenciais que passam por um acesso universal e gratuito a creches e jardins de infância, aumentando a oferta do Estado, com recurso também aos setores social, particular e cooperativo.

Sobre a recuperação do tempo de serviço congelado, Alexandre Homem Cristo frisou que a AD se compromete a uma devolução total do tempo de serviço trabalhado (seis anos e seis meses), mas de forma gradual ao longo da legislatura, à razão de 20% ao ano. Os termos desta recuperação serão negociados nos primeiros 60 dias da nova legislatura.

Outra medida prevista é incentivar a fixação de professores em zonas de baixa densidade ou onde há falta de professores e criar em sede de IRS a possibilidade de dedução das despesas de alojamento dos professores que se encontrem deslocados a mais de 70 quilómetros da sua residência.

Uma das prioridades da AD é a de alterar as provas de aferição do 2º, 5º e 8º anos para o 4º e 6º anos, a Português, Matemática e a uma terceira disciplina, de forma rotativa a cada três anos. De igual modo, criar um novo plano de recuperação de aprendizagem (A+A, "Aprender Mais Agora"), destinado ao "apoio de alunos, capacitação de docentes para implementar um sistema de tutorias e reforço de créditos horários". Nos planos da AD está ainda a promoção do regresso de professores qualificados à carreira, com o devido reposicionamento.





BE visa o reconhecimento do estatuto dos professores do EPE

Já da parte do Bloco de Esquerda (BE), Miguel Correia começou por referir a necessidade de "existir um reconhecimento do estatuto dos professores no Ensino Português no Estrangeiro - EPE", acrescentando que "existe falta de reconhecimento dos trabalhadores da educação e muita precariedade em todos os setores da educação".

O BE defende a criação de um plano de investimento na educação, que vise alcançar a meta de pelo menos 6% do PIB, conforme aponta a OCDE.

Mais investimento na Escola Pública é outra das grandes prioridades do BE, partindo depois para os principais pontos/medidas no seu programa para a próxima legislatura: recuperação integral do tempo de serviço dos professores no primeiro ano de Governo; Criação de um programa de vinculação extraordinária de docentes precários e alteração das regras da vinculação dinâmica, eliminando a obrigatoriedade de concorrer ao país inteiro; Valorização do Pessoal de Apoio Educativo com a criação de formações para necessidades educativas especiais.

CDU defende eliminação das quotas de avaliação, das vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões

Isabel Souto representou a CDU e abriu a sua apresentação lembrando que "a educação, para a CDU, é um fator estratégico para o país. Mas o investimento na escola tem sido cada vez menor desde 2011, a precariedade tem aumentado na docência e no Pessoal de Apoio Educativo, além de profissionais exaustos, centenas de alunos sem professor e falta de assistentes técnicos, técnicos especializados, além de um parque escolar público que continua degradado".

E assim sendo, as propostas do PCP e "Verdes" para legislatura que resultar das eleições de 10 de março passam por: Recuperação integral do tempo de serviço dos professores no prazo de três anos; Vinculação de todos os professores com três ou mais anos de serviço; Alargamento da rede pública de creches com a disponibilização de 100 mil vagas até 2028 e de 148 mil até 2032; criação de uma rede pública de ensino artístico especializado; gratuidade dos manuais escolares; redução do número de alunos por turma; Vinculação de todos os professores com três ou mais anos de serviço e eliminação das quotas de avaliação, das vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões e do período probatório dos professores.





IL assenta programa em 4 medidas essenciais

Já a Iniciativa Liberal (IL), através de Matilde Rocha olhou para "os futuros da educação, como diz o tema desta iniciativa" e que "assentam, através do programa da IL em 4 medidas essenciais: recuperar urgentemente o atraso das aprendizagens; dar autonomia às escolas; aumentar as oportunidades de formação; expandir o conhecimento para melhorar o futuro de todos".

O projeto "creche feliz" que segundo a IL "não conseguiu chegar a todos e assim a IL pretende que o acesso às creches se aponte pela liberdade de escolha dos pais" são um dos temas a recuperar. Estruturar a carreira e diminuir a diferença de salário entre quem entra e o topo de carreira, assim como reformular os concursos, são partes do programa da IL. Promoção do ensino profissional, contratar professores reformados e dar maior autonomia às instituições do Ensino Superior, nomeadamente na seleção de alunos e módulo.





Galeria de Fotos completa



LIVRE defende "uma escola nova"

Jorge Pinto, do LIVRE, utilizou o exemplo da candidata virtual da FNE Maria Esperança Portugal para referir a necessidade de que "no ano dos 50 anos de Abril se tenha esperança num futuro melhor para a educação". As medidas propostas pelo LIVRE passam "pela pré-infância fazer parte do Ministério da Educação" e "transformar o 12º ano num ano zero universitário".

Jorge Pinto revelou que para o seu partido é necessário "dignificar a carreira docente, considerando a contagem integral do tempo de serviço com uma regularização total a dois anos, capacitar a Educação Pública, reforçando a dotação orçamental para a Educação, de forma a assegurar recursos, material e profissionais suficien-

tes e facilitar a criação de uma escola "livre, centrada no aluno, em que todos possam contribuir com ideias e melhorias, abrindo a escola o mais possível, por exemplo às sugestões dos alunos, que pouco são ouvidos".

Para o Livre torna-se essencial repensar a realização obrigatória dos exames nacionais no ensino secundário, o fim das quotas nos acessos aos 5º e 7º escalões, assim como criar um projeto de tutoria liderado pelos docentes mais velhos, em troca de uma redução da carga horária, com o objetivo de dar um apoio mais efetivo aos novos professores que entram nas escolas.





PAN deseja mudança de paradigma

Da parte do PAN, Anabela Castro reforçou que o seu partido quer "uma escola inspiradora", mas no presente "faltam recursos e andamos longe de cumprir os 6% do PIB recomendados para a educação". Quanto a medidas, o PAN defende que é necessário rever o modelo de acesso e progressão na carreira, recuperar progressivamente o tempo integral de serviço congelado dos professores e avaliar a possibilidade de aumentar os vencimentos nos escalões de entrada na profissão.

Para o PAN é necessário garantir a efetiva autonomia das escolas e a gestão flexível do currículo e rever a organização dos mega-agrupamentos. A atração de jovens para a profissão docente passa, segundo Anabela Castro, por "uma imagem mais positiva da educação. Por mudarmos o paradigma e mostrarmos que o Estado quer proteger e investir na escola pública. Criar, no fundo, uma representação social mais positiva".

Alargar a rede pública do artístico é objetivo do PS

O painel fechou com a participação de Porfírio Silva, do PS que considerou que a "escola não está a fazer tudo para reduzir as diferenças socioeconómicas.



E para resolver isso temos de aceitar que os alunos são todos diferentes e que é preciso arranjar espaço para cada um". O PS quer garantir a frequência gratuita da educação pré-escolar a todas as crianças a partir dos três anos, investindo na rede pública e recorrendo ao setor solidário e à rede privada, de forma supletiva e instituir, de forma gradual, a obrigatoriedade da educação pré-escolar a partir dos quatro anos.

Outro ponto referido no programa socialista é o de alargar a rede pública no domínio artístico e enfrentar a presença e o espaço do digital nas aprendizagens.

Assim como aumentar a atratividade no início da carreira, continuando o ritmo de redução da precariedade e reduzindo o hiato entre os índices remuneratórios da base da carreira docente e os índices mais altos. O PS tenciona igualmente iniciar negociações com os representantes dos professores, com vista à recuperação do tempo de serviço, de forma faseada.

Porfírio Silva alertou ainda que o Pessoal de Apoio Educativo tem de ser valorizado, a burocracia tem de ser reduzida e ao nível do Ensino Superior os objetivos do seu partido são manter a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovar uma lei de investimento para a ciência, modernizar a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e acabar com a precariedade dos investigadores.

Público levantou várias questões

Fechado o espaço interventivo para as apresentações de cada um dos representantes dos partidos políticos convidados, abriu-se tempo para questões levantadas pelo público presencial e online, composto por dirigentes da FNE e dos seus sindicatos, docentes e pessoal de apoio educativo e inscritos no evento.

As questões colocadas aos partidos centraram-se na recuperação do tempo de serviço congelado aos docentes, nas formas de recompensa financeira aos professores deslocados, na mobilidade por doença (pouco referida nos programas eleitorais) e na descentralização de competências relativa ao pessoal de apoio educativo.

Os representantes dos oito partidos responderam a todas as questões, contribuindo para um verdadeiro esclarecimento das suas propostas.

O encerramento da mesa redonda ficou a cargo do Presidente da AFIET, João Dias da Silva, que elogiou a disponibilidade reiterada pelos partidos para se envolverem junto com os sindicatos, na procura por soluções públicas de políticas educativas de inclusão e de sucesso.





Clique na imagem
para consultar o vídeo
completo do evento





MARIAESPERANCAPORTUGAL.PT



Maria ESPERANÇA Portugal



AVISO: Esta candidatura e campanha eleitoral são puramente fictícias, tratando-se de uma Ação Sindical da FNE para chamar a atenção para a importância da Educação. A protagonista "MARIA ESPERANÇA PORTUGAL" é uma figura imaginária/virtual, sem capacidade eleitoral ativa ou passiva.



+ "Esperança" nas escolas e nas ruas

Está lançada e em pleno vapor a candidatura virtual de "Maria Esperança Portugal", uma candidata fictícia às eleições legislativas antecipadas, que pretende pôr os partidos a discutir o setor.

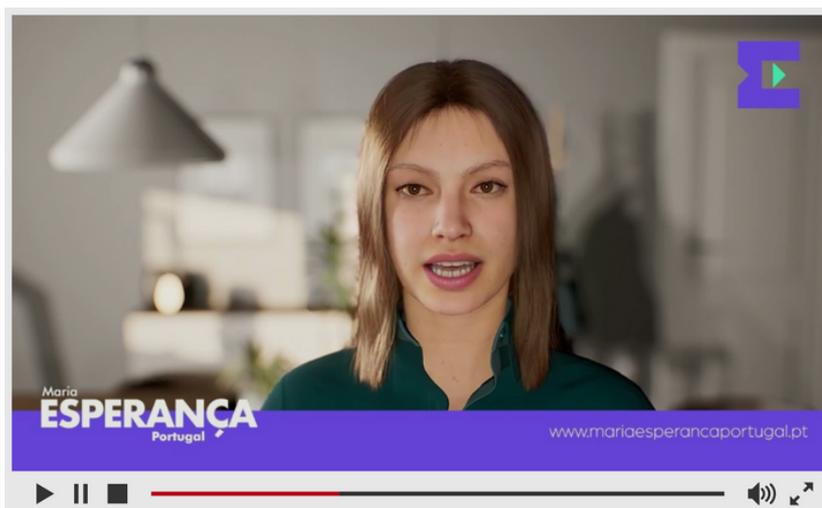
"Além do nosso trabalho para a construção de um roteiro para a legislatura, queremos utilizá-la como sendo quase uma porta-voz para a promoção do debate", explicou à Agência Lusa o secretário-geral da FNE, Pedro Barreiros.

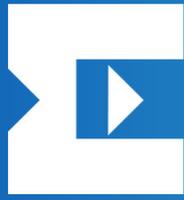
A candidatura fictícia de Maria Esperança Portugal foi apresentada a 9 de fevereiro 2024 num evento no Hotel 3K Barcelona, em Lisboa, com o lançamento de uma a 9 de fevereiro num evento no Hotel 3K Barcelona, em Lisboa, com o lançamento de uma página na Internet em que são detalhadas as várias propostas, desde a educação para a infância ao ensino superior e investigação.

“É Maria porque 80% do corpo docente e não docente são mulheres e o apelido que escolhemos foi Esperança porque é preciso ter esperança no quadro das nossas reivindicações relacionadas com o rejuvenescimento da profissão e, também por isso, criamos um rosto jovem”, explicou Pedro Barreiros.

“Maria Esperança Portugal”, uma candidata criada através de inteligência artificial, tinha sido pensada para as eleições europeias, que se realizam em junho deste ano, mas a demissão do Governo e marcação de eleições antecipadas para 10 de março levou a FNE a avançar já com a iniciativa.

A cerca de um mês da ida às urnas, o objetivo era colocar no centro do debate os temas da educação, algo que não estava a acontecer, lamenta o dirigente sindical: “É estranho, passados todos estes debates ainda não se ter ouvido nada sobre Educação. Se não falam, temos de fazer qualquer coisa para que se fale e eu acho que a Maria Esperança Portugal pode dar esse contributo”, antecipou.





Maria
ESPERANÇA
Portugal





Norte recebeu as primeiras iniciativas

É caso para dizer que "a Esperança anda na rua e nas escolas". A candidata virtual da FNE Maria Esperança Portugal saiu à rua a 21 de fevereiro de 2024 com a colocação em Braga, Famalicão, Santa Maria da Feira e Viana do Castelo dos primeiros outdoors de divulgação desta candidatura fictícia.

Mas a campanha de Maria Esperança deu-se ainda a conhecer pelas estradas nacionais, com um carro devidamente identificado com a cara da candidata virtual e que tem percorrido várias escolas do país, onde serão colocados 250 pendões.

Póvoa de Varzim, Penafiel, Chaves, Bragança, Mirandela, Penafiel, Santa Maria da Feira e muitos outros locais receberam, a poucos dias das eleições legislativas, as mensagens de Esperança, com a entrega e divulgação de materiais gráficos com o programa desta campanha, que inclui várias propostas tais como:

- Desenvolvimento da Carreira Docente
- Pessoal Docente – Ingresso na carreira e aposentação
- Mobilidade por Doença
- Valorização e condições de trabalho docente
- Transição Digital e Inteligência Artificial
- Indisciplina e Violência em Contexto Escolar
- Educação para a Infância
- Ensino e Formação Profissional
- Ensino Superior e Investigação
- Aprendizagem ao Longo da Vida
- Educação Inclusiva
- Ensino Português no Estrangeiro
- Pessoal de Apoio Educativo
- Alunos
- Administração e Gestão das Escolas
- Valorização do Setor Social
- Melhoria do sistema educativo

Toda a agenda de iniciativas pode ser acompanhada em
<http://www.mariaesperancaportugal.pt>

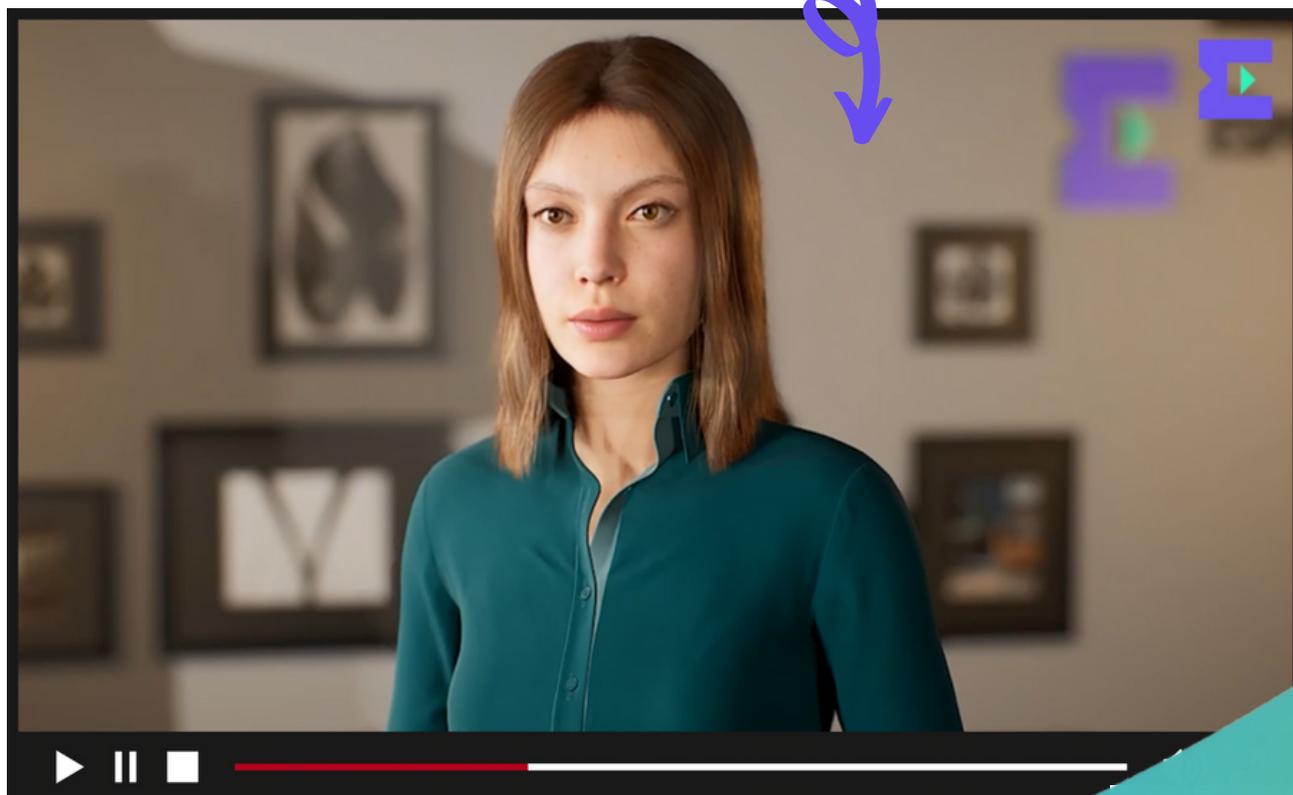
É isso que a move, conforta e não a deixa desistir de acreditar e de ter Esperança que o futuro está na escola e em todos os que nela trabalham.

Esta candidatura e campanha eleitoral são puramente fictícias, tratando-se de uma Ação Sindical da FNE para chamar a atenção para a importância da Educação. A protagonista "MARIA ESPERANÇA PORTUGAL" é uma figura imaginária/virtual, sem capacidade eleitoral ativa ou passiva.

FNE/LUSA

Maria Esperança em entrevista às redes sociais da campanha

Numa entrevista virtual realizada para divulgação nas redes sociais da campanha, Maria Esperança Portugal abordou vários temas ligados às medidas que espera ver implementadas na próxima legislatura, como a questão da burocracia, do rejuvenescimento da profissão, da inclusão e do perfil do próximo Ministro da Educação.





Acordo FNE/CNIS garante valorização salarial a cerca de 70 mil trabalhadores das IPSS

A FNE, no âmbito de uma Frente Sindical da UGT (FSUGT), assinou na manhã de 23 de fevereiro, no Porto, um acordo FNE/FSUGT com a CNIS (Confederação representativa das Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS), que assegura ganhos positivos para a generalidade de todos aqueles que se entregam à causa do setor social e solidário.

Cerca de 70 mil trabalhadores das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) vão ver valorizados as suas remunerações em 3,75%, afirmou o Secretário-Geral Adjunto da FNE, José Ricardo Coelho, à Agência LUSA: “Tem a ver com a revisão do contrato coletivo de trabalho para as IPSS. Este setor da economia social envolve cerca de quatro mil empregadores e cerca de 70 mil trabalhadores docentes e não docentes”.



O acordo, considera a FNE, assegura “ganhos positivos para a generalidade de todos aqueles que se entregam à causa do setor social e solidário. O acordo também valoriza o trabalho dos trabalhadores docentes e não docentes. Podemos adiantar que esta valorização das remunerações para os trabalhadores não docentes tem aqui um acréscimo para 5,71% sobre as remunerações de 2023”, salientou José Ricardo Coelho, que sublinhou ainda que “não foi um acordo fácil. Estamos a negociar a revisão do contrato coletivo de trabalho desde novembro de 2023, já lá vão cerca de quatro meses”.

As remunerações e as restantes matérias pecuniárias têm efeitos retroativos a 1 de janeiro deste ano, com a Frente Sindical a destacar que “foi ainda alcançada uma nova vitória”, com o incremento de mais uma diuturnidade no tempo de serviço prestado.

De acordo com a FNE, trata-se de um aspeto positivo de reconhecimento da experiência profissional associada à antiguidade do trabalhador.

“A FNE não esconde a dificuldade que, ano após ano, sente quando negocia com o setor social matérias de ordem pecuniária, muito por causa dos apoios que estão subjacentes por parte do Estado, para este setor da economia social”, lamentou José Ricardo Coelho.

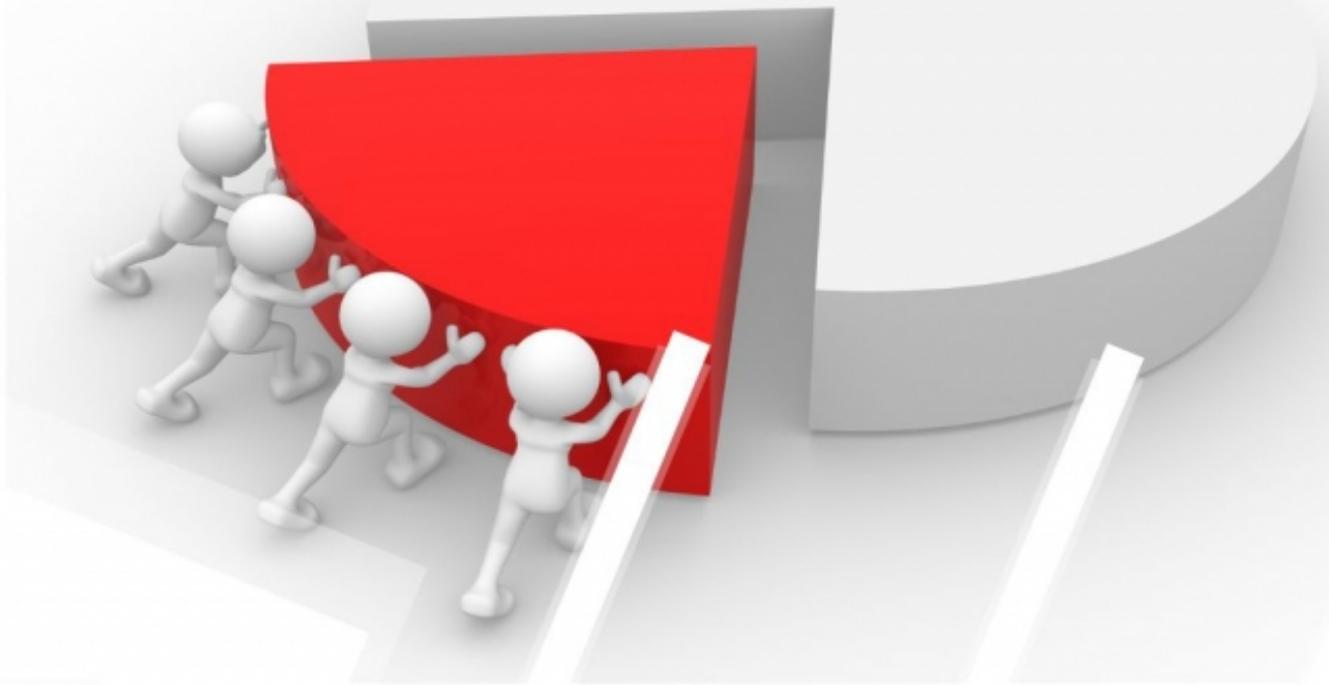


Acordo entre FNE e CNIS - Declaração de José Ricardo Coelho, SG Adjunto da FNE | 23-02-2024



Porto Canal 23-02-2024 | IPSS com valorização salarial - José Ricardo Coelho





Roteiro Para a Legislatura 2024-2028

<http://www.fne.pt>



FNE recolheu contributos para o "Roteiro para a Legislatura 2024-28"

A FNE recolheu através de um formulário online, contributos para a construção do Roteiro para a Legislatura 2024-2028.

O envio de sugestões/contributos foi aberto a todos os profissionais da educação, organizações, alunos e encarregados de educação.

O Roteiro para a Legislatura 2024-2028 deverá ser publicamente apresentado no final de fevereiro, após ser concluído o processo de debates internos da FNE, dos seus sindicatos e da auscultação dos profissionais da educação, partidos políticos e tratamento dos contributos recebidos.

O "Roteiro para a Legislatura" é um documento produzido ao longo dos últimos anos, em que a FNE destaca as maiores preocupações relativas às políticas de Educação e apresenta propostas, demonstrando a sua disponibilidade para um diálogo sério, efetivo e regular, que permita ultrapassar os problemas identificados.

Seminário organizado pelo SDP Sul debateu Inteligência Artificial

A celebração do 38º aniversário do SDP Sul foi assinalado com um seminário a 9 de fevereiro sobre o tema "Inteligência Artificial e Educação: desafios, riscos e oportunidades", que decorreu no Évora Hotel, em Évora, registando-se a presença de dezenas de professores de todos os níveis de ensino pertencentes a esta organização sindical.

O Seminário, que decorreu entre as 16h30 e as 20h00, teve como oradores convidados o Professor Catedrático, Paulo Quaresma, do Departamento de Informática da UE e Vice-Reitor da Universidade de Évora e o Especialista em Inteligência Artificial (IA) na Educação, Marco Neves, deixando um espírito mais aberto e curioso sobre as grandes mudanças que muito em breve irão chegar a todos os setores, particularmente à educação.



Na sessão de abertura, foram abordadas as questões de natureza político-sindical do momento, de valorização e dignificação da carreira docente, pela Presidente do SDP Sul, Josefa Lopes, e pelo Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros.





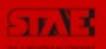
o futuro
está
na



escola

PARA MELHOR EDUCAÇÃO

Tratem bem os que cá estão!



FNE considera números da aposentação de docentes "um descalabro"

Mais de mil professores vão passar à reforma no primeiro trimestre e até ao final de 2024, serão mais de 5.200. É o máximo da década. A FNE em declarações ao meios de comunicação fala de "um descalabro para as escolas do país".

Pedro Barreiros, da FNE, em declaração ao Correio da Manhã (CM), avisou que "é urgente o próximo Governo tomar medidas: Até 2030 saem da profissão 40 mil professores, o que significa que há trabalho urgente a fazer para haver professores para os nossos filhos."

O ano passado já se atingiu um recorde da última década, com 3521 profissionais a aposentarem-se, mas aprevisões apontam que esse número aumente este ano. "Só o Ministério da Educação não contou o tempo aos professores, mas ele foi passando. O que é preocupante é que não há ninguém para substituir estes professores que saem para a reforma, porque são formados anualmente pouco mais de dois mil", afirmou ao CM, Pedro Barreiros, que apontou o dedo ao Governo: "Não há nenhuma medida concreta que resulte em mais atratividade da profissão e que faça com que os jovens queiram ser professores."



O caminho escolhido foi o da desqualificação, com menor rigor no acesso à profissão, e isso põe em causa uma educação de qualidade."

Josefa Lopes, Vice Secretária-Geral da FNE, falou à RTP sobre o mesmo tema: "É um verdadeiro descalabro que não nos surpreende. Houve um alerta para o Ministério da Educação há muitos anos e foi completamente ignorado. Uma grande parte dos docentes deixa o pedido de aposentação para o final do ano porque não querem deixar a meio as turmas que têm, por isso julgo que o número poderá vir a ser muito maior".

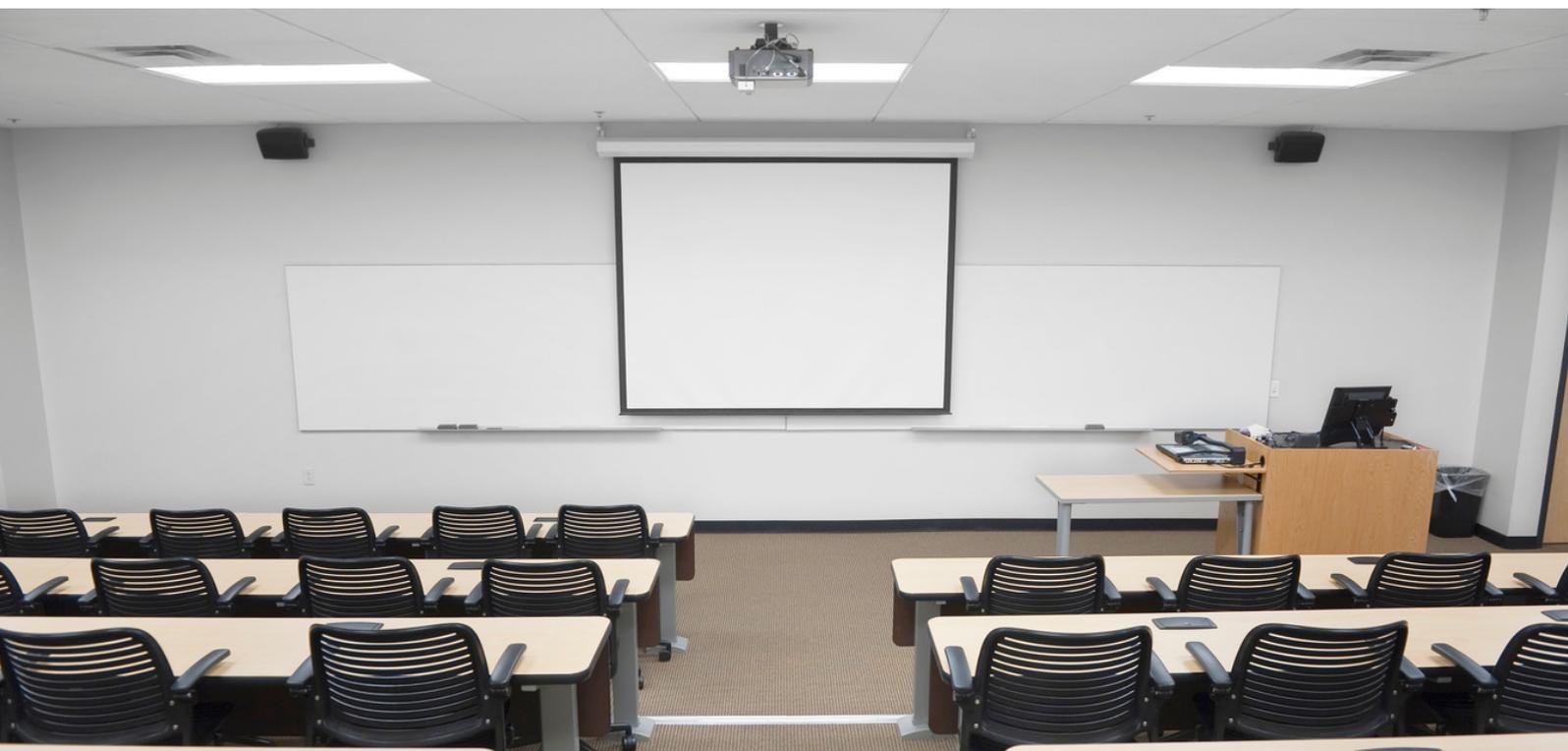
Desafios na Educação: até 2030 são precisos 34.500 professores



Manuel Teodósio, Vice-Secretário-Geral da FNE questionado também pelo canal público sobre os desafios que a Educação coloca a esta nova legislatura, tais como a recuperação do tempo de serviço, referiu que "esta foi uma porta que esteve sempre fechada, mas que parece agora abrir-se por todas as partes, sendo que temos de perceber como se concretiza essa abertura".

Já sobre o tema da aposentação de professores e formação de novos docentes para colmatar as falhas, Manuel Teodósio lembrou que "formar um novo professor demora cinco anos e por isso é que defendemos o regresso às escolas daqueles professores que se viram obrigados a abandonar a carreira porque não era atrativa".

Há muitos anos que a FNE chama à atenção para a falta de professores e para os alunos sem aulas a todas as disciplinas, porque isto representa um ataque violento ao direito a uma educação de qualidade e à escola pública. Para a FNE, todos os alunos têm o direito a professores devidamente qualificados e a falta de professores é de igual modo um ataque à profissão e à profissionalidade docentes.



FNE exigiu reposicionamentos e alteração de posicionamento remuneratório sem violação de lei

A FNE fez chegar, em 1 de fevereiro, ao Ministério da Educação (ME) um ofício relativo à verificação de ultrapassagens, injustiças e violação de lei nas situações de reposicionamento/progressão e alteração de posicionamento remuneratório dos docentes.

Apesar de registrar como positivas as recentes alterações ao ECD, assim como a alteração legal introduzida pelo novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação, que permite aos docentes com contrato a termo resolutivo alterar o seu índice remuneratório, a FNE verifica que a concretização prática destas medidas, a ser aplicadas de acordo com as orientações que estão a ser divulgadas pela

DGAE, irão gerar situações de ultrapassagens, de injustiça, e até de violação de lei, pelo que requiere a sua rápida correção ao nível das seguintes situações:

- **Docentes que ingressaram na carreira a 1 de setembro de 2023 podem auferir por índice remuneratório inferior a docentes contratados com igual ou menos tempo de serviço;**
- **Docentes contratadas(os) são impedidas(os) de transitarem de nível remuneratório em devido tempo, por motivo de gozo de licença parental, gravidez de risco ou doença.**

[Consulte aqui o ofício](#)



MANIFESTO

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

10 DE MARÇO 2024



**VOTAR PARA UM
FUTURO MELHOR**

**É PRECISO INVESTIR
NA EDUCAÇÃO,
VALORIZAR E CONFIAR
NOS SEUS
PROFISSIONAIS**

A FNE DEFENDE

A Educação como um direito humano que responde às necessidades culturais, democráticas, sociais, económicas e ambientais de todos, permitindo a todas as pessoas, de qualquer idade, realizarem-se integralmente, quer individualmente, quer nas suas relações interpessoais, sendo deste modo um instrumento essencial para gerar o conhecimento, as qualificações, os valores e a cidadania, capazes de construir uma sociedade com justiça e solidária, que promova a dignidade da pessoa humana, valorizando a investigação e a inovação.

Das eleições do próximo dia 10 de março deverá resultar um novo Governo, o qual terá que assumir especiais e urgentes responsabilidades, com a adoção de medidas concretas para que finalmente se possam eliminar os graves problemas que têm assolado a Educação e que continuamente têm ficado a aguardar solução, sob pena de se agravarem ainda mais.

- Uma **Educação de qualidade** com equidade, entendida como um direito humano, e disponibilizada como serviço público de qualidade gratuito e ao longo da vida;
- Uma **Educação inclusiva** que promova a diversidade, quer na escola, quer na vida e sociedade;
- Um **Estatuto social** digno, compatível e valorizado para todos os docentes e demais trabalhadores da educação;
- **Carreiras** reconhecidas, dignificadas e valorizadas para todos os trabalhadores da Educação, em Portugal e no Ensino de Português no Estrangeiro, promovendo o papel destes enquanto força motriz essencial ao progresso do país e incentivando as práticas profissionais empenhadas e de elevados padrões de exigência.



10 PROPOSTAS

PARA GARANTIR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E A ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE FORMAÇÃO DOS PORTUGUESES.

PROPOSTA 1

Aumentar o nível de investimento em Educação, garantindo-lhe os recursos humanos, materiais e financeiros que assegurem as ofertas de educação e formação imprescindíveis para que todos a elas tenham acesso. Deve ser promovido um adequado financiamento público, enquanto garantia de que todos têm oportunidades iguais em educação e formação de qualidade.

PROPOSTA 2

Promover a atratividade da carreira docente, através de mecanismos do seu desenvolvimento que valorizem o empenho profissional e que assegurem o direito de acesso ao topo da carreira em tempo adequado, garantindo sempre que os requisitos de qualificação para os educadores e professores sejam os mais elevados e que os concursos para promoção e recrutamento sejam justos e transparentes, garantindo aos docentes do EPE posicionamento idêntico aos que teriam se lecionassem em território nacional.

PROPOSTA 3

Garantir condições para o financiamento sustentável a médio e longo prazo para a investigação, a educação, a formação, a educação para a infância e a aprendizagem ao longo da vida. É fundamental disponibilizar os meios necessários para assegurar uma educação de elevada qualidade para todos, capaz de preparar eficazmente os alunos e os formandos para uma vida digna e empregos de qualidade. Neste quadro, torna-se essencial adotar orientações que visem a urgente valorização da qualidade do ensino profissional e a educação e formação de adultos, assim como dos cursos de Língua e Cultura Portuguesas nas Comunidades

PROPOSTA 4

Reforçar as condições de atratividade da profissão e da condição docentes, através da valorização socioprofissional, do reforço do trabalho colaborativo, e da preservação de condições de respeito para com o exercício da atividade profissional, e desta forma promovendo a qualidade da educação e da formação, não descuidando a participação de professores e educadores, bem como os seus representantes, na definição dos termos de desenvolvimento da sua carreira.

PROPOSTA 5

Estabelecer orientações que permitam a concentração do trabalho profissional docente em atividades ligadas ao processo de ensino-aprendizagem, e a fixação de limites para o número de alunos por professor, para garantir a necessária qualidade durante todo o processo de ensino-aprendizagem, evitando também a acumulação de vários níveis de escolaridade na sala de aula, como sucede no EPE.

PROPOSTA 6

Assegurar o respeito pelo trabalho desenvolvido nas escolas, com efetivo respeito pelos limites do tempo de trabalho e as condições de conciliação do tempo de trabalho com a vida pessoal e familiar, admitindo medidas de apoio especial para as situações de doença do próprio ou de familiar próximo.

PROPOSTA 7

Determinar medidas de valorização dos trabalhadores de apoio educativo, com a definição dos conteúdos funcionais específicos e o consequente e urgente estabelecimento das respetivas carreiras especiais da educação.

PROPOSTA 8

Melhorar as condições de trabalho, saúde e segurança nas creches, nas escolas e em todas as instituições de ensino, promovendo-se ambientes de aprendizagem e trabalho seguros e saudáveis.

PROPOSTA 9

Adotar medidas de correção do regime de financiamento das instituições do ensino superior, eliminando a precariedade e permitindo-lhes a concretização de uma efetiva autonomia, promovendo-se nelas uma cultura inclusiva.

PROPOSTA 10

Promover uma educação sustentável e a partilha de boas práticas, devendo ser apoiados projetos de investigação, desenvolvimento e inovação das instituições de ensino superior que procuram soluções para reduzir as emissões poluentes e promover estilos de vida e estruturas sustentáveis.



**EU USO O MEU VOTO.
O MEU VOTO CONTA!**





concurso nacional
2024

**o 10^o Era uma vez...
De maio**

REGULAMENTO DO CONCURSO

TEMA: SER PROFESSOR COM A “CASA ÀS COSTAS”

A Federação Nacional da Educação- FNE e os seus Sindicatos promovem a edição de 2024 do Concurso "Era Uma Vez... o 1º de Maio", desafiando alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador e assumindo como tema para a edição deste ano “Ser Professor com a casa às costas”.

A iniciativa, que registou ao longo das suas sucessivas edições a participação de milhares de trabalhos, visa compreender e explorar, de modo criativo e artístico, o significado do 1º de Maio, reconhecer a solidariedade como valor fundamental e contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

O regulamento do concurso pode ser consultado na página oficial e nas redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos membros.

O Concurso “Era uma vez... o 1º de Maio” é um grande contributo educativo da FNE para o tratamento, nas escolas, do tema do Mundo do Trabalho, que é um dos cinco domínios da Educação para a Cidadania, com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade, contribuindo para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A primeira edição do Concurso “Era uma vez... o 1º de Maio” da FNE ocorreu em maio de 2003.

Objetivos

- Compreender o dia 1º de maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso destina-se a alunos e docentes distribuídos pelos seguintes escalões:

ALUNOS	DOCENTES
<p>1º escalão (Pintura e/ou colagem) - Educação para a Infância</p> <p>2º escalão (Pintura) - 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico</p> <p>3º escalão (Pintura) - 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário</p>	<p>4º escalão (Pintura) - Educadores e Professores</p>

Os trabalhos do 1º escalão (Educação para a Infância) serão unicamente de pintura ou colagem e coletivos (turma ou jardim de infância).

Os trabalhos do 2º escalão (1º Ciclo do Ensino Básico), serão coletivos (turma ou escola)

Os trabalhos dos 3º e 4º escalões, serão de caráter individual.

Cada concorrente, turma ou jardim de infância/escola só pode concorrer com um trabalho.

Os trabalhos não devem ultrapassar o tamanho A3 e o suporte deverá ser papel/cartolina/cartão.

ERA UMA VEZ... O 1º DE MAIO

Prazos

O **prazo de entrega** dos trabalhos termina no dia 10 de abril de 2024.

Entrega de trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para a sede da FNE no Porto (Rua Pereira Reis, 399, 4200-448 Porto).
(apenas serão avaliados os trabalhos recebidos até ao dia 10 de abril de 2024)

Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:

- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFJET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1.º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor de Educação Visual

Divulgação dos Trabalhos Premiados

No dia 24 de abril de 2024 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada um dos escalões, na página de internet da FNE em www.fne.pt.

Exposição dos Trabalhos

Os trabalhos premiados serão expostos no dia 1 de maio de 2024, no local em que a UGT- União Geral de Trabalhadores e a FNE realizarem as comemorações do Dia do Trabalhador, de cujo programa constará a respetiva entrega de prémios e certificados de participação.
Posteriormente os trabalhos serão divulgados nas páginas de internet e redes sociais da FNE e da AFJET.

Entrega de Prémios

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2024.

Prémios

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.

Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:

1.º Prémio – Tablet*

2.º Prémio – Máquina fotográfica*

3.º Prémio – Livros / Jogos didáticos*

* Os prémios podem ser substituídos por outros de igual valor

Disposições Finais

Os trabalhos ficam pertença da FNE.

Em cada trabalho deverá constar no verso a etiqueta disponibilizada na contracapa deste folheto, podendo ser fotocopiada.



COLAR NO VERSO DO TRABALHO	
Nome do(s) autor (individual) / autores (coletivo):	_____
Escalão: 1 2 3 4	_____
Estabelecimento de ensino:	_____
Morada:	_____
Telefone: _____ E-mail: _____	_____
A falta de qualquer destes elementos é motivo de exclusão do concurso.	

PODE SER FOTOCOPIADO



(Re)pensar a Escola Pública: desafios e oportunidades

As políticas públicas em educação, que configuram o sistema de ensino não superior, resultando de opções, exigem reflexão e debate permanente, tendo em conta o enorme impacto que têm na vida das crianças e dos jovens. A democratização da escola, a inclusão e a efetivação das aprendizagens devem ser temas centrais nas discussões educacionais, particularmente entre os seus profissionais e no seio das respetivas comunidades educativas.

Torna-se necessário que, em cada comunidade educativa, se inovem práticas de gestão centradas no debate crítico das medidas, projetos e atividades dirigidas à escola. Um debate que promova a inclusão e a equidade de modo eficaz, visando uma escola de qualidade. Uma escola criativa e inovadora que define objetivos e metas no âmbito das suas atividades educativas. Uma escola que identifica dimensões e indicadores de sucesso para avaliar o seu desempenho, nas mais diversas áreas, com métricas adequadas às ações a desenvolver.

Um dos aspetos mais críticos, como diversos estudos e artigos de opinião têm vindo a destacar, prende-se com a avaliação das aprendizagens, em particular com as avaliações externas promovidas por entidades nacionais ou internacionais. Importa ter em conta dados dessas provas que possam constituir indicadores para a melhoria das práticas educativas.



Sendo reconhecidas as limitações dos testes e provas de avaliação externa, padronizados e sem capacidade para captar a totalidade das habilidades e conhecimentos, podem contudo constituir importantes referenciais para aferir avaliações internas, como tem vindo a acontecer noutros países. Mais do que negar os fracos desempenhos, é importante assumir esses resultados e procurar encontrar soluções para mitigar as causas do insucesso.

A autonomia curricular constitui um princípio basilar do edifício educativo, mas é crucial garantir que todos os alunos, independentemente de seus interesses ou origem socioeconómica, e para que não fiquem para trás, tenham acesso a uma educação universal de alta qualidade, nas vertentes científica, humanística, artística e cultural, para além das aprendizagens essenciais.

Noutro domínio, as medidas educativas promotoras de inclusão devem contemplar os aspetos afetivos e socioemocionais ou as condições de recursos económicos dos alunos e das famílias como condições de partida, mas não como meta do processo formativo e de aprendizagem. As medidas de educação inclusiva e de combate ao insucesso nas aprendizagens não devem esgotar-se nas respostas sociais ou meramente assistencialistas, como tantas vezes acontece.

É a centralidade das aprendizagens (conhecimentos, capacidades, competências, atitudes e valores), que deve ser assegurada pela escola. A escola deve ser um espaço onde os alunos adquirem não apenas conhecimentos académicos, mas também habilidades de pensamento crítico e desenvolvem a sua criatividade, aspetos essenciais no mundo contemporâneo. Tal desígnio emerge com especial destaque no âmbito dos recentes desenvolvimentos da Inteligência Artificial e sua utilização em contexto educativo.



Isso porque se cruza com questões sensíveis como a avaliação das aprendizagens e novas técnicas e instrumentos. Para além da socialização, inclusão da diversidade, multiculturalidade e equidade, a escola do futuro tem de estar cada vez mais centrada no conhecimento. É a partir deste conhecimento que se desenvolve o pensamento crítico e a criatividade, nas mais diversas situações de aprendizagem.

No que respeita à integração da tecnologia na educação ela pode oferecer oportunidades significativas, mas constitui também um importante desafio. A escola digital requer uma cuidadosa planificação para garantir que todos os alunos tenham acesso equitativo e que o uso da tecnologia promova efetivamente as aprendizagens. É necessário criar mecanismos que permitam monitorizar as aquisições tendo em conta os aspetos cognitivos, emocionais e socioafetivos. Acima de tudo, é necessário monitorizar as consequências da sua aplicação, nomeadamente a nível neurocognitivo, considerando os novos desenvolvimentos da Inteligência Artificial.

À semelhança do que acontece na área da saúde a “educação baseada em evidências”, com as devidas adaptações, poderá emergir como um novo paradigma. Face à enorme quantidade de dados e informações, oriundos de estudos em educação, em neurociências e em ciência cognitiva, importa promover a ação do professor como investigador que reflete sobre as suas práticas.

É, por isso, essencial que a sua ação pedagógica seja informada pela pesquisa científica e pela análise crítica dos contextos em que se envolve diariamente, sabendo retirar informação de estudos e pesquisas, melhorando, assim, as suas práticas de modo permanente.

De modo geral, é necessário que as escolas constituam o principal centro de decisão em que a tutela seja apenas o regulador para que os agrupamentos possam com autonomia, sentido crítico e criatividade, promover espaços de diálogo e de debate das questões educativas concretas e contextualizadas. Este é, talvez, o principal desafio da escola pública para os próximos tempos.

José Luís Lagoa D'Orey
Professor e Investigador do SDPSul



Multiculturalidade nas Escolas: A Mudança em Curso e a Necessidade de Preparação dos Profissionais

A sociedade atual é caracterizada pela diversidade cultural, evidenciando-se nas salas de aula das escolas. O fenómeno da multiculturalidade nas escolas representa uma mudança significativa no ambiente educacional, exigindo uma abordagem proativa por parte dos profissionais da educação. Importa explorar a natureza desta mudança, os desafios associados e a imperativa necessidade de os profissionais estarem devidamente preparados para lidar com esta realidade em constante evolução.

A multiculturalidade nas escolas refere-se à presença de alunos provenientes de diversas origens étnicas, culturais, linguísticas e religiosas. Esta diversidade enriquece o ambiente educacional, mas também apresenta desafios, pois os profissionais precisam criar ambientes inclusivos que promovam a equidade e o respeito pela diferença.

A mudança em direção a uma maior multiculturalidade nas escolas está em curso, impulsionada pelo aumento da globalização, migração e intercâmbio cultural. Este fenómeno não apenas transforma a composição demográfica das salas de aula, mas também influencia as dinâmicas sociais e educacionais. Docentes e outros profissionais da educação estão cada vez mais confrontados com a necessidade de repensar as suas práticas pedagógicas para responder às necessidades desta diversidade crescente.

A multiculturalidade, embora enriqueça os ambientes educacionais, traz consigo desafios, incluindo a barreira linguística, o choque cultural e a necessidade de reconhecimento e respeito pelas diversas identidades dos alunos. Além disso, as diferenças no estilo de aprendizagem e nas expectativas familiares requerem uma abordagem flexível e sensível por parte dos educadores.

Perante esta mudança, é imperativo que os profissionais da educação se preparem adequadamente. A formação contínua deve abordar temas como competência cultural, sensibilidade intercultural, educação e comunicação intercultural, estratégias para lidar com a diversidade linguística e métodos pedagógicos inclusivos.

Os professores precisam desenvolver uma compreensão profunda das diferentes culturas presentes na sala de aula, reconhecendo a importância de integrar perspectivas diversas nos currículos.

A competência cultural torna-se uma habilidade fundamental para os profissionais da educação, envolvendo não apenas o entendimento das diferenças culturais, mas também a capacidade de adaptar as práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos de diferentes origens culturais.

Em suma, a multiculturalidade nas escolas é uma realidade inescapável e enriquecedora, mas que exige uma abordagem cuidadosa e uma preparação por parte dos profissionais da educação. A mudança em curso exige uma transformação na forma como os educadores encaram a diversidade, reconhecendo-a como uma oportunidade de enriquecimento mútuo. A preparação adequada dos profissionais é a chave para garantir que as escolas se tornem ambientes inclusivos e integradores, propícios à aprendizagem de todos os alunos, independentemente da sua origem cultural.

Cristina Ferreira
Presidente do STAAE SUL e RA



APRES COVID

FNE em projeto europeu de riscos psicossociais na educação

A FNE é uma de quatro organizações sindicais da Europa a integrar o projeto "Après COVID", no âmbito dos riscos psicossociais na educação.

À luz do profundo impacto da crise da pandemia no setor educativo, o Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) e a Federação Europeia dos Empregadores da Educação (EFEE, na sigla inglesa) lançaram o projeto, já com luz verde do financiamento da Comissão Europeia.

A iniciativa, liderada pelo CSEE/Martina Di Ridolfo, está a ser desenvolvida em parceria com sindicatos da educação e organizações patronais da Bélgica, Malta, Portugal e Eslovénia, com o calendário compreendido entre outubro de 2023 e setembro de 2025.

O principal objetivo do projeto é avaliar o impacto a longo prazo da crise da COVID nos riscos psicossociais na profissão docente e promover ativamente uma recuperação equitativa e sustentável, liderada pela educação.

Com base nos esforços colaborativos do CSEE e da EFEE em matéria de saúde e segurança no trabalho, o projeto 'APRÈS COVID' alinha-se com o **Programa de Trabalho 2023-2024** do Comité Europeu do Diálogo Social Setorial na Educação (ESSDE, na sigla inglesa), em particular com a prioridade de criar condições de trabalho seguras e saudáveis na educação.

Sob a liderança de um Grupo Consultivo, onde consta um representante da FNE, o projeto desenvolve-se através de uma série de atividades, incluindo um inquérito online entre organizações membros do CSEE e da EFEE, três visitas de estudo de caso (Eslovénia, Portugal e Malta), um seminário de formação e uma conferência final, habitualmente realizada em Bruxelas.

Cada um destes esforços foi concebido para avaliar o impacto a longo prazo da crise da COVID-19, reunir boas práticas dos parceiros sociais da educação a nível nacional, regional e local e contribuir para a possível revisão das **Orientações Práticas Conjuntas sobre Como Promover Iniciativas Conjuntas de Parceiros Sociais** a nível europeu, nacional, regional e local, para prevenir e combater os riscos psicossociais na educação.

Como primeiro passo, em 8 de dezembro de 2023 ocorreu a primeira reunião do Grupo Consultivo do projeto, com uma discussão inicial sobre as principais prioridades sobre a situação dos riscos psicossociais na educação e as principais prioridades a incluir no projeto.

Ao embarcar nesta jornada, o CSEE acredita que este será um projeto fundamental para garantir uma recuperação duradoura e sustentável da crise da COVID 19 e para fortalecer o papel do diálogo social setorial sobre saúde e segurança ocupacional no setor da educação a nível europeu.

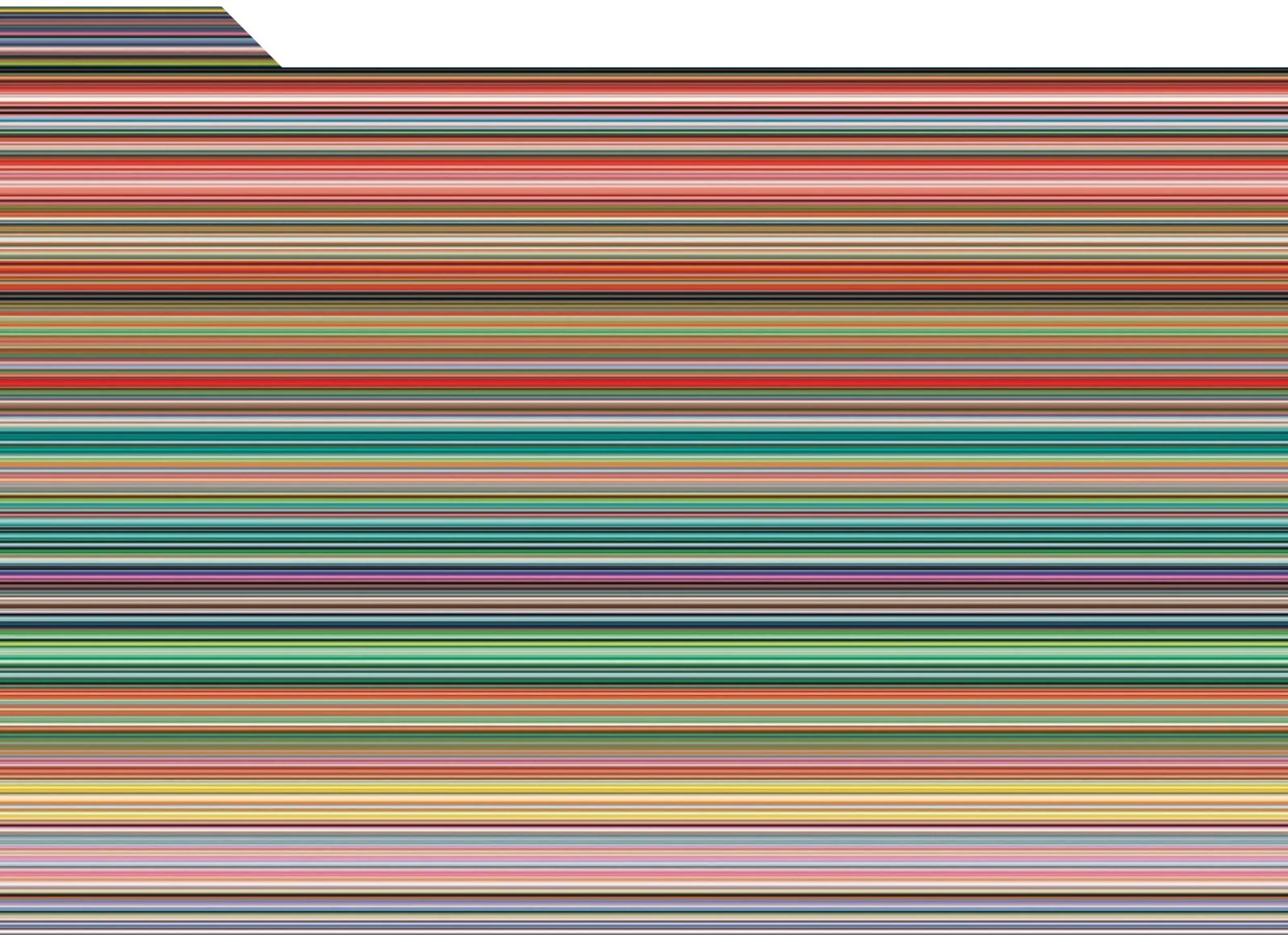
No dia 23 de fevereiro de 2024 está marcada uma segunda reunião do Grupo Consultivo, desta feita presencial, em Bruxelas. Um dos assuntos a tratar é a seleção da visita a uma escola em Portugal.





OECD DIGITAL EDUCATION OUTLOOK 2023

Towards an Effective Digital Education Ecosystem



Educação digital precisa do diálogo com os sindicatos e mais regulamentação

A OCDE publicou recentemente as suas “Perspetivas da Educação Digital 2023 – Para um Ecosistema de Educação Eficaz”. As perspetivas destacam as potenciais oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais (sobre as quais existem atualmente muito poucas provas), mas também identificam alguns riscos fundamentais. Um deles é o aumento das desigualdades e das clivagens digitais. Na verdade, uma conectividade fiável, uma ligação à Internet de alta qualidade e o acesso a ferramentas digitais são essenciais para que os alunos beneficiem das ferramentas digitais na educação.

No entanto, os dados da OCDE mostram que isto continua a ser um desafio para a maioria dos países da organização, tal como as desigualdades nas competências digitais dos professores dentro deles. Se reportarmos a dados do TALIS 2018, apenas 56% dos professores do 3º ciclo tinham recebido qualquer formação prévia na utilização das TIC para o ensino. Uma das preocupações mais relevantes é a de possíveis enviesamentos – novos ou amplificados. Apesar de ter sido demonstrado que a tomada de decisões algorítmicas pode ser tendenciosa em setores como o financeiro ou da justiça, a OCDE considera que não existe atualmente qualquer regulamentação ou orientações relativas à utilização de **algoritmos** ou decisões automatizadas na educação.

No que concerne à privacidade e proteção de dados, a utilização de ferramentas digitais na educação aumentou consideravelmente a quantidade de dados recolhidos de professores e alunos. Os fornecedores privados de tecnologia e de serviços estão também a recolher e a gerir quantidades crescentes de informação em nome das próprias escolas. Todos estes fatores suscitam preocupações quanto à utilização inadequada de informações pessoais ou à violação da privacidade.

O desempenho das ferramentas digitais não é perfeito e estas podem cometer erros nos conselhos ou recomendações que fornecem aos alunos, professores e pais. A investigação mostra que um número significativo de sistemas de alerta precoce, utilizados para prever os alunos em risco de abandono escolar, se baseiam em indicadores que não são melhores do que um palpite aleatório. As consequências dos erros podem ser graves para os alunos. A OCDE sublinha pois a importância de compreendermos as limitações das ferramentas digitais.



Foto: IE

e360 não considera diretores de turma

As Perspetivas recordam que as tecnologias digitais na educação não são "nem uma panaceia nem um veneno", sendo antes uma ferramenta que pode ajudar a promover os objetivos educativos. Para que a tecnologia sirva este objetivo, é necessária regulamentação para atenuar os riscos potenciais e medidas para dotar os educadores e professores das competências necessárias. O relatório também salienta a importância da colaboração entre as várias partes interessadas na co-criação de ferramentas de aprendizagem digital – o que é muito difícil de acontecer na realidade. Do ponto de vista sindical, a FNE salienta que poderia ter sido dada mais atenção à necessidade de trabalhar com os sindicatos do setor da educação na definição da implementação e da governação das ferramentas digitais.

A OCDE nota que Portugal, Inglaterra, Hungria e Gujarat (Índia) utilizam a chamada "abordagem de melhoria da escola", um tipo de sistema de informação educativa que coloca a melhoria das escolas no centro da sua missão. Porém, estas ferramentas tendem a visar os diretores e inspetores das escolas como principais partes interessadas.

A OCDE fala de uma evolução em Portugal do sistema de informação MISI para a Plataforma Eletrónica de Gestão de Alunos e360, ainda em fase de implementação. Mas cita logo uma tese de Fernando Lopes, de 2022, em que o investigador considera que "embora acessíveis a todas as partes interessadas da escola, a maioria das funcionalidades e informações parece ser principalmente relevante para os administradores e diretores das escolas".



A tese de Fernando Lopes também releva que "a prática diária dos Diretores de Turma não terá sido tomada em consideração no desenvolvimento da plataforma. Estes enfrentam dificuldades e contratempos na interação com a e360, fruto da sua parametrização, que continua a impedir acessos diretos às funcionalidades mais utilizadas" (p. 40).

Esta edição do Digital Education Outlook 2023 apresenta sete casos de estudo, nomeadamente Chile, Coreia, Costa Rica, Estónia, Irlanda, Países Baixos e Uruguai. No final do documento, a OCDE inclui um capítulo sobre "Oportunidades, diretrizes e orientações para uma utilização eficaz e equitativa da Inteligência Artificial (AI) na educação".

Oportunidades e riscos

São oito as orientações apresentadas: 1. Acesso equitativo a preços acessíveis; 2. Acesso e utilização equitativos de recursos de aprendizagem digital; 3. A ação dos professores e a aprendizagem profissional; 4. Bem-estar dos alunos e dos professores. 5. Co-criação de ferramentas de aprendizagem digital baseadas em IA; 6. Investigação e co-criação de provas através da inovação disciplinada; 7. Ética, segurança e proteção de dados; e finalmente 8. Transparência, explicabilidade e negociação.

Na orientação 3, a OCDE nota que as utilizações críticas e pedagógicas de recursos atualizados de aprendizagem digitais devem tornar-se parte integrante das competências profissionais dos professores, diretores e outros educadores, promovidos na formação inicial, mas também no âmbito de oportunidades de aprendizagem profissional contínua e colaboração profissional.

É crucial reconhecer a importância da ação, eficácia e liderança dos professores, para lhes permitir fazer uma utilização crítica dos recursos de aprendizagem digital e conceber cenários de aprendizagem ricos com os seus alunos.

Na orientação 4, a OCDE sublinha que a utilização e o desenvolvimento de tecnologias assentes na IA deve colocar o bem-estar e a saúde mental dos alunos e dos professores na linha da frente, nomeadamente mantendo um bom equilíbrio entre atividades digitais e não digitais. Devem também ser criadas, em parceria com os professores e as suas organizações, orientações éticas sobre as comunicações digitais, que reconheçam que a aprendizagem é uma experiência relacional e social que envolve interações entre seres humanos.



A OCDE releva a importância da ética, segurança e proteção de dados. Assim, as políticas de proteção de dados devem assegurar que a recolha de dados contribua para garantir a eficácia e a equidade na educação, protegendo simultaneamente a privacidade dos alunos e dos professores.

Para que tal aconteça, as jurisdições educativas devem fornecer às escolas e professores orientações claras sobre a proteção de dados e, eventualmente, contratos ou diretrizes pré-negociados quando recorrem a soluções comerciais. Devem igualmente garantir que a segurança ou o possível enviesamento algorítmico sejam testados e abordados nas suas políticas. As diretrizes elaboradas devem ser eticamente claras. E a utilização ética dos dados sobre os docentes deve ser negociada com os professores e os seus representantes, no âmbito dos acordos de negociação.

No respeitante à orientação 8 (transparência, explicabilidade e negociação), o documento regista que ao utilizarem ferramentas digitais baseadas em tecnologia avançada - tais como formas digitais de avaliação e apreciação -, as jurisdições educativas devem ser transparentes quanto aos objetivos e processos através dos quais os algoritmos chegam às suas recomendações.

Fundamental é que a utilização de ferramentas digitais de alto risco deve ser discutida e negociada com todas as partes interessadas do setor educativo, numa perspetiva de responsabilidade e de diálogo social.





Assembleia da CPLP-SE

Decorreu em 19 de fevereiro de 2024 mais uma assembleia online da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa – CPLP-SE, com a presença do novo secretário-geral, prof. Heleno Araújo, da CNTE – Brasil (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), eleito no I Congresso de Amarante, Portugal, de 21 de outubro de 2023.

Depois de uma breve análise da situação político-sindical no espaço da lusofonia, tratou-se da concertação das ações comuns para o Plano de Atividades 2024, em que figuram seis efemérides: 8 de março - Dia Internacional da Mulher; 5 de maio - Dia Mundial da Língua Portuguesa; 19 setembro - Aniversário de Paulo Freire; 5 de outubro - Dia Mundial do Docente; 20 de outubro - Aniversário da CPLP-SE; e por fim 10 de dezembro - Dia Mundial dos Direitos Humanos.

Da ordem de trabalhos constavam ainda mais dois assuntos: a constituição do Grupo de Trabalho para a participação da CPLP-SE no Congresso da IE de final de julho, em Buenos Aires, Argentina, e a comemoração do Dia do Professor em Cabo Verde (25 a 28 de abril de 2024).

A assembleia projetou também algumas ações a realizar em 2025.

Professores no Japão: 11 horas de trabalho por dia

Sindicalistas da educação no Japão exigem que o Governo tome medidas para reduzir a carga de trabalho do corpo docente, que ultrapassa a média de 11 horas diárias.

Durante a sua assembleia nacional, o JTU - Sindicato dos Professores do Japão reivindicou às autoridades que implementassem sete recomendações para melhorar a situação do sistema de ensino público e dos educadores do país.

Os dirigentes sindicais apresentaram as reivindicações no âmbito da sua campanha “Escolas em crise! Por um sistema escolar sustentável para uma educação de qualidade e o bem-estar dos educadores.”

No seu discurso de abertura, Takimoto Tsukasa, presidente da JTU e presidente do Comité Regional da Internacional da Educação (IE) para a Ásia e o Pacífico, observou que “o Ministério da Educação, apesar de não compreender a realidade dos educadores e dos professores que trabalham nas escolas, é quem determina as políticas, o que é um problema”.

Os professores, fruto da sua dedicação e trabalho árduo, sofrem um “desequilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal”. De acordo com a última pesquisa da JTU, os professores do 3º ciclo trabalham em média 11 horas e 3 minutos por dia.”





Durante os painéis, quatro membros compartilharam suas experiências: uma professora do ensino primário teve de ultrapassar diversas dificuldades para obter a licença de paternidade; uma professora de enfermagem e saúde não pode exercer o seu direito à licença remunerada de que necessitava, uma vez que as leis e regulamentos em vigor não previam a designação de um substituto para substituí-la durante a licença.

Outra professora do ensino primário teve dificuldade em aceder a tratamentos de fertilidade por estar demasiado ocupada com o trabalho. E um professor do 3º ciclo adoeceu depois de assumir a função adicional de responsável pelas atividades desportivas, que não fazem parte do currículo, mas pelas quais muitos professores são responsáveis no Japão.

A assembleia nacional do JIU concluiu que o atual sistema jurídico não garante uma educação sustentável e de qualidade, nem assegura o bem-estar dos professores e educadores. Em vista disso, o JIU reivindicou sete recomendações à tutela: tempo suficiente para que os professores se preparem adequadamente para ensinar; turmas menores (máximo de 35 alunos para turmas de 1º e 2º ano e 40 alunos para as demais); cooperação entre professores e profissionais de outras áreas, como orientação escolar e serviço social.

Outras exigências foram uma redução do conteúdo do currículo nacional, redução da carga horária dos professores, uma iniciativa urgente do Ministério da Educação para responder a este problema e alterações importantes ou abolição de leis e regulamentos que não apoiam os professores.

Takimoto Tsukasa sublinhou que o JTU se junta a colegas que cooperam, além-fronteiras, para garantir o direito de todos os alunos a terem um professor qualificado, com o apoio necessário e num ambiente de aprendizagem de qualidade.

Os resultados do TALIS 2013 da OCDE evidenciaram que os professores no Japão foram quem trabalhou mais tempo entre os países da OCDE. O inquérito JTU 2023 e o I-BEST 2023 da MGEN revelaram que a situação não mudou e as condições de trabalho devem ser melhoradas imediatamente para garantir o bem-estar dos professores e uma educação de qualidade para todas as crianças.

A campanha da JTU “Escolas em crise!” está em linha com a campanha “Pelo Ensino Público! Nós criamos a Escola” da IE, um apelo urgente aos governos para que invistam na educação pública, um direito humano fundamental e um bem público, e para que invistam mais nos professores, o fator mais importante para garantir uma educação de qualidade.

Com IE





Val Duchesse: renovar o diálogo social para responder aos desafios laborais

Debaixo de uma grande expectativa, a Comissão Europeia (CE), a Presidência Belga do Conselho da União Europeia (UE) e os parceiros sociais europeus (Confederação Europeia de Sindicatos - CES, BusinessEurope, SME United e SGI Europe) assinaram, na Cimeira dos Parceiros Sociais de Val Duchesse, uma **"Declaração Tripartida para um Diálogo Social Europeu Próspero"**.

A Cimeira decorreu em 31 de janeiro de 2024, no Castelo de Val Duchesse, na região de Bruxelas – Capital da Bélgica, que é usado para descrever a emergência do diálogo social europeu em meados dos anos 80. Com os recentes cortes da CE no diálogo social, as organizações sindicais temiam que a reunião de Val Duchesse pudesse trazer notícias menos agradáveis.

A "Declaração Tripartida para um Diálogo Social Europeu Próspero" representa um compromisso renovado para reforçar o diálogo social a nível da UE e unir forças para enfrentar os principais desafios das nossas economias e mercados de trabalho. O objetivo é apoiar empresas prósperas, empregos e serviços de qualidade, bem como a melhoria das condições de trabalho.

O diálogo social - diálogo entre os representantes dos trabalhadores e das empresas - é uma componente fundamental do modelo social europeu, contribuindo para a prosperidade económica, melhorando as condições de vida e de trabalho, promovendo a competitividade das empresas da UE e ajudando a antecipar e a gerir a mudança, por exemplo, no contexto dos desafios das transições ecológica e digital.

No âmbito do seu compromisso de reforçar o diálogo social, a Comissão, a Presidência Belga do Conselho da UE e os parceiros sociais europeus acordaram quatro princípios fundamentais: resolver o problema da escassez de mão de obra e de competências, colocar o diálogo social europeu no centro do nosso futuro comum, criar um representante para o diálogo social europeu e lançar um Pacto para o diálogo social europeu.

Sobre a escassez de mão de obra e de competências, a Comissão em cooperação com os parceiros sociais, apresentará um plano de ação na primavera de 2024. Além disso, os quatro signatários comprometeram-se a fazer a sua parte para trazer mais pessoas para o mercado de trabalho, melhorar as condições de trabalho, facilitar o reconhecimento das qualificações e integrar os trabalhadores provenientes do estrangeiro. A Declaração também reitera o compromisso da UE de respeitar e promover plenamente o papel dos parceiros sociais e do diálogo social.

Val Duchesse Social Partners Summit

Brussels, 31 January 2024





A Comissão criará um representante para o diálogo social europeu, com o objetivo de promover e reforçar o papel do diálogo social a nível europeu e nacional, apoiando e coordenando a aplicação da Comunicação da Comissão sobre o reforço do diálogo social na UE. Será ainda lançado um Pacto para o diálogo social europeu, a concluir até ao início de 2025.

A Cimeira foi anunciada pela Presidente Von der Leyen no seu discurso sobre o Estado da União de 2023 e na carta de intenções, bem como no programa de trabalho da Comissão Europeia para 2024. A primeira reunião de Val Duchesse assistiu ao nascimento do diálogo social europeu e foi realizada por Jacques Delors em 1985.

Os parceiros sociais desempenham um papel importante na melhoria das condições de trabalho e da produtividade, reforçando a competitividade das empresas europeias e impulsionando a prosperidade e a resiliência da Europa.

O diálogo social está consagrado no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e é sublinhado pelo Princípio 8 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e pelo Plano de Ação do Pilar. O artigo 154.º do TFUE estabelece a obrigação de a Comissão consultar os parceiros sociais sobre propostas legislativas no domínio da política social e permitir-lhes negociar acordos que possam ser aplicados através da legislação da UE.

[Declaração Tripartida para um Diálogo Social Europeu Próspero](#)

Seminário sobre o Semestre Europeu em Budapeste

A convite do Instituto Sindical Europeu (ETUI), a FNE participou no seminário de “Capacitação no Semestre Europeu” destinado a representantes sindicais europeus em temas relacionados com a governança económica da Comissão Europeia (CE), mais conhecida como Semestre Europeu (SE).

O seminário decorreu em 29 e 30 de janeiro de 2024, em Budapeste, na Hungria, e foi dinamizado por Ludovic Voet, Marco Cilento e Silvia Rainone (ETUI/CES – Confederação Europeia de Sindicatos) e por Katia Berti, em representação da CE.

O seminário ocorreu entre apresentações, grupos de trabalho e debates, e teve três objetivos principais: conhecer de que modo os sindicatos estão envolvidos no SE, quais são as prioridades para influenciar o processo do SE nos níveis nacional e europeu e capacitar os representantes de federações e confederações nos grandes temas do SE.

O processo do Semestre Europeu (“o Semestre”) é um processo anual obrigatório, com a duração de um ano, que coordena, monitoriza e avalia as políticas e reformas económicas, fiscais, sociais, ambientais, energéticas e climáticas dos Estados-Membros.





A FNE tem desde 2014 um representante no SE (Joaquim Santos), no âmbito do Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE), naturalmente vocacionado para seguir os temas da educação e formação, nomeadamente sempre que a CE emite recomendações para o nosso país. Por seu lado, a UGT gere o processo global do SE, muito focado nos temas sociais, de emprego, de fiscalidade e de condições económico-financeiras.

O calendário do SE, envolvendo cada país e a CE, começa em novembro, com uma primeira radiografia da CE sobre cada país, e termina em junho de cada ano, altura em que são aprovadas as recomendações para os Estados-Membros (EM).

O objetivo deste **pingue-pongue** entre a CE e cada país da União Europeia (UE) é o de assegurar uma convergência na ação dos governos e evitar a existência de derrapagens e desequilíbrios macroeconómicos. Na prática, identificar riscos potenciais para a convergência social ascendente na UE, determinar a existência de desafios reais a essa convergência e tomar as medidas preventivas necessárias a esse respeito.

Por vezes, alguns EM são identificados como necessitando de uma análise mais aprofundada numa segunda fase. Por exemplo, em 2022 sete EM (Bulgária, Espanha, Estónia, Hungria, Itália, Lituânia e Roménia) foram sinalizados com riscos potenciais para a convergência social ascendente.

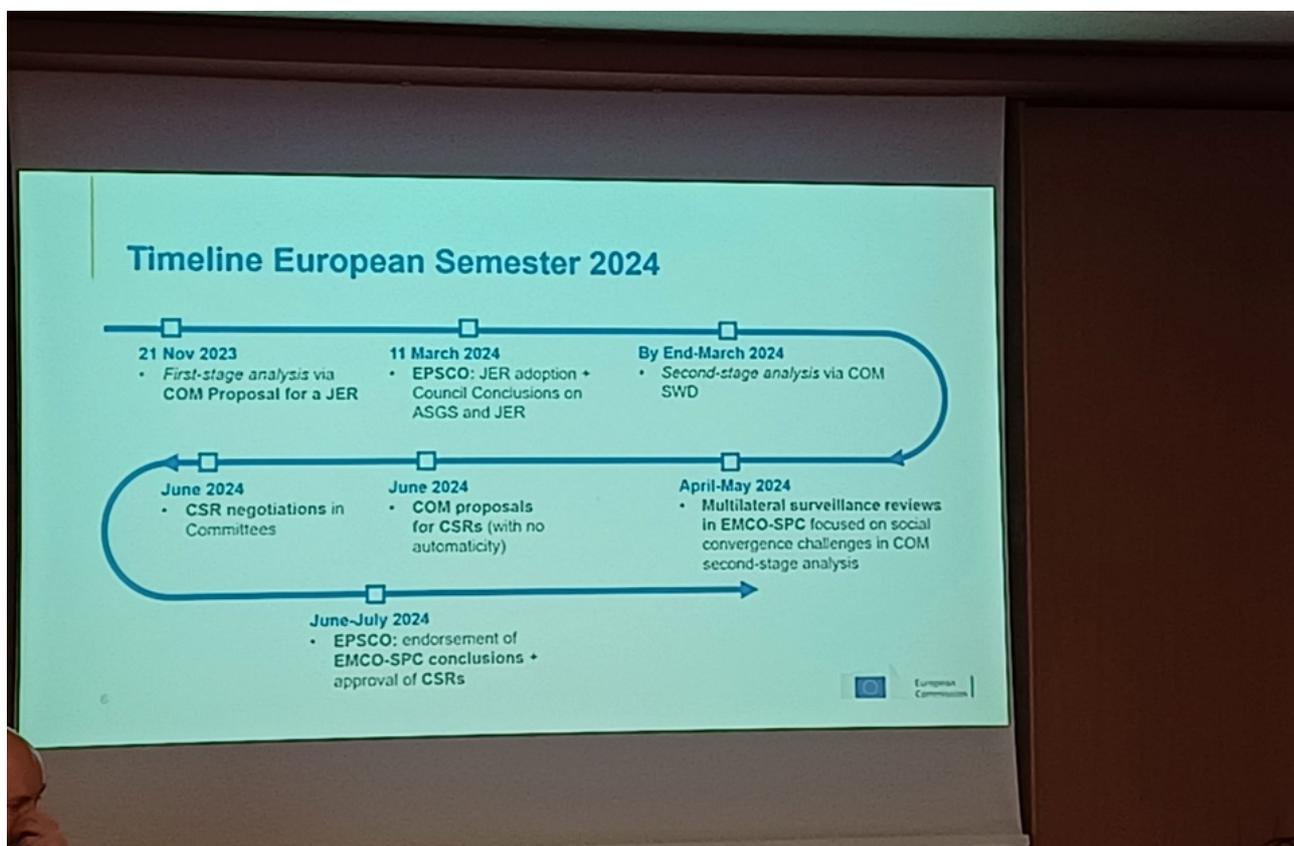
A importância das Recomendações

A maioria dos riscos deriva, entre outros, de indicadores como a percentagem da população com pelo menos competências digitais básicas, a disparidade no emprego para pessoas com deficiência, o impacto das transferências sociais (exceto pensões) na redução da pobreza, a percentagem de crianças com menos de três anos em cuidados infantis formais, ou a percentagem de abandonos precoces do ensino e da formação.

Katia Berti (CE) traçou uma panorâmica geral do processo do SE, centrando a sua apresentação no **“Quadro de Convergência Social no Semestre Europeu”**, criada em outubro de 2021, em consonância com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e o Painel Social e que trouxe como mais-valia uma análise de riscos e desafios mais estruturada.

Por sua vez, Marco Cilento (CES) mostrou aos participantes “Como o Semestre Muda – após a reforma da governança económica”. No capítulo das mudanças os ciclos passaram de três para cinco anos com renovação dos planos fiscal e social, com uma implementação reforçada do plano macroeconómico e com novos planos de reformas e investimentos e com um novo plano ambiental, principalmente de coordenação com os planos nacionais em matéria de clima e de energia e os planos JT.

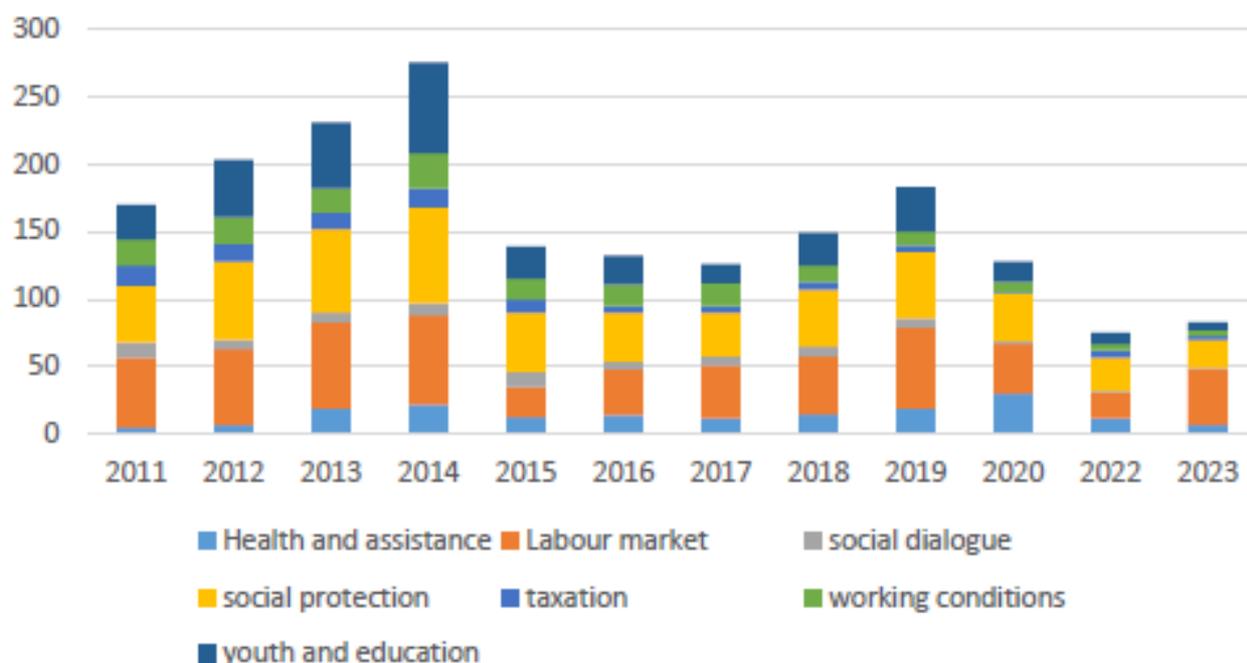
Esta formação teve um foco muito especial no modo como os parceiros sociais e os sindicatos se podem envolver ao longo de cada etapa do SE. Ficou registado que deveria haver uma maior parceria e colaboração entre sindicatos, federações e as suas respetivas confederações.



Silvia Rainone (ETUI) apresentou uma “Visão Geral das Recomendações Sociais Específicas por País”, que envolvem sete áreas macro: condições de trabalho, diálogo social, mercado laboral, juventude e educação, proteção social, saúde e assistência e impostos. Em 2023, a quota maior das recomendações recaiu em aspetos relacionados com o mercado laboral, seguido da proteção social. De realçar que a juventude e educação têm sido alvo de recomendações por parte da CE de uma forma constante, com um pico acentuado no ano de 2014:

No SE de 2023, o Conselho Europeu recomendou que Portugal tomasse quatro medidas principais, referentes a eliminar progressivamente as medidas de apoio de emergência à energia em vigor, acelerasse a execução do plano de recuperação e resiliência, melhorasse as condições de transição para uma economia circular e reduzisse a dependência global dos combustíveis fósseis.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS POR PAÍS DA CE





▶ **United Nations
Secretary-General's
High-Level Panel
on the Teaching
Profession**

**Recommendations
and summary of deliberations**

Transforming the teaching profession



ONU: 59 Recomendações para a falta de professores em todo o mundo

O dia 26 de fevereiro de 2024 foi um dia histórico para a profissão docente e para os professores de todo o mundo.

Pela primeira vez em mais de 50 anos, as Nações Unidas (ONU) publicaram um conjunto de 59 Recomendações que destacam os direitos, o estatuto e as condições de trabalho dos professores.

As Recomendações encontram-se na publicação “United Nations Secretary-General’s High-Level Panel on the Teaching Profession – Recommendations and summary of deliberations – Transforming the teaching profession” e é o resultado do trabalho do Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Profissão Docente, criado pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, na sequência da Cimeira sobre a Transformação da Educação de 2022, como resposta à crescente e alarmante escassez global de professores.

O lançamento decorreu em Joanesburgo, África do Sul, em que participou a Presidente da Internacional da Educação (IE), Susan Hopgood, membro daquele Painel, e o Secretário-Geral da IE David Edwards. Objetivo: endereçar aos governos propostas de ação no sentido de fortalecer a profissão docente e garantir que os professores sejam reconhecidos e valorizados pelo seu trabalho em prol da sociedade.

“Os professores são fundamentais para nutrir o maior recurso de cada país: as mentes do seu povo.”, sublinha António Guterres no prefácio do documento. “Assim como os professores nos apoiam a todos nós devemos todos apoiar os professores”. Guterres recorda que o nosso mundo entrou num período de mudanças dramáticas – um período de crise climática, revolução digital e aumento das desigualdades.

Acima de tudo, as pessoas **“precisam dos melhores professores possíveis. No entanto, enfrentamos uma escassez dramática de professores em**

todo o mundo e milhões de professores não têm o apoio, as competências e a formação contínua que necessitam para satisfazer as exigências dos sistemas educativos em rápida mudança”.

As 59 Recomendações do Painel de Alto Nível da Profissão Docente são para Guterres **“um poderoso apelo à ação global”**, para garantir que **“cada aluno tenha acesso a um professor profissionalmente treinado, qualificado e bem apoiado no seu exercício”**. Neste sentido, o SG da ONU exorta **“todos os Estados-Membros a considerarem estas recomendações cuidadosamente e a encontrarem maneiras de trazê-las à vida nos seus países”**.

Os principais tópicos de trabalho do Painel incluíram, entre outros, a crescente escassez de professores, a qualidade da formação de professores, o impacto da tecnologia digital na educação e os desafios específicos enfrentados pelos professores que trabalham em contextos afetados por crises e com estudantes refugiados.



Reconhecido o papel dos sindicatos

Cada debate em torno das recomendações, lembra Manal Hdaife, a Presidente do Comité de Estrutura Regional da IE dos Países Árabes, teve como objetivo **“identificar soluções sustentáveis para elevar a profissão docente e alcançar uma educação inclusiva e de qualidade para todos”**.

As recomendações são amplas e progressivas, fazendo eco de muitas das exigências dos sindicatos da educação em todas as categorias. O Painel apela assim aos governos para que tomem medidas urgentes em relação aos seguintes tópicos:

- **Remuneração, condições e segurança no emprego:** salários competitivos, justos e profissionais para os professores, em linha com outras profissões que exigem níveis semelhantes de educação;

- **Prática profissional:** A formação inicial de qualidade dos professores, o desenvolvimento profissional contínuo e o respeito pela nossa autonomia profissional são fundamentais;

- **Género, equidade e diversidade:** Os ambientes de trabalho devem ser inclusivos, seguros e não discriminatórios para os professores em toda a sua diversidade;

- **Diálogo social e negociação coletiva:** as recomendações também reconhecem o papel vital do diálogo social e da negociação coletiva no desenvolvimento de soluções sustentáveis para a escassez de professores;

- **A tecnologia e o futuro do trabalho no setor da educação:** A relação entre os professores e os seus alunos deve ser a prioridade, dando aos professores autonomia para escolherem a tecnologia mais adequada para apoiar o ensino e a aprendizagem;

- **Financiamento da educação:** O Painel insta os governos a garantir um financiamento equitativo da educação e um investimento sustentável na profissão docente e apela ao fim das medidas de austeridade que afetam a educação.





O Painel de Alto Nível da Profissão Docente reuniu antigos presidentes, académicos, ministros, estudantes, professores e os seus sindicatos para fornecer aos governos aconselhamento político sobre o cumprimento do direito de cada criança a ter um professor qualificado, formado e apoiado. O único português a integrar o Painel foi Tiago Pitta e Cunha, da Fundação Oceano Azul.

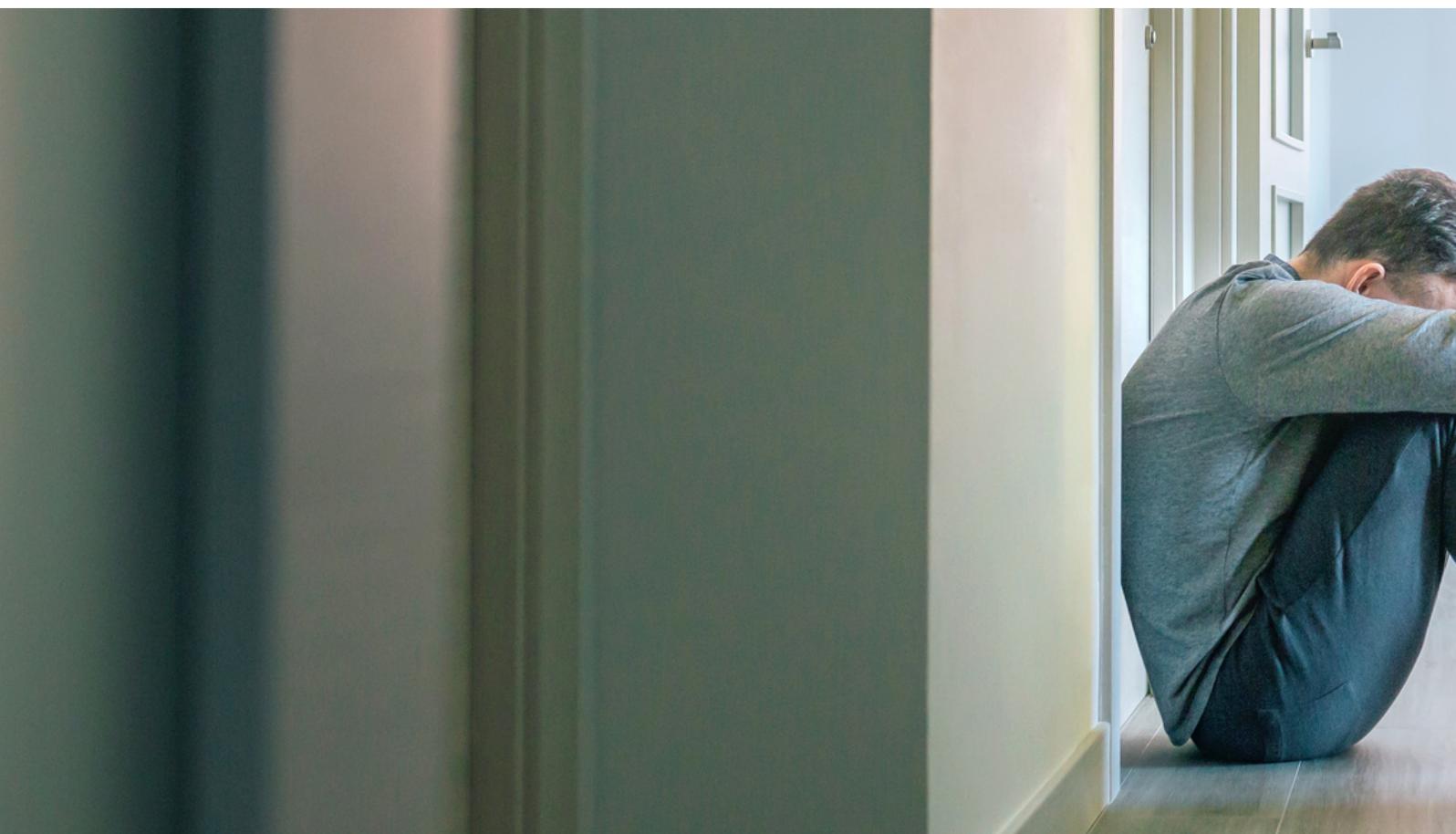
A IE fez-se representar por Susan Hopgood, Manal Hdaife, e Mike Thiruman, Secretário-Geral do Sindicato dos Professores de Singapura. Com estas 59 recomendações, os sindicatos dispõem agora de um novo conjunto de ferramentas para transformar verdadeiramente a educação e efetuar mudanças reais para milhões de professores e alunos em todo o mundo.

Políticas de licença parental são políticas de saúde mental

Nesta segunda parte do texto, Christopher Prinz fala de casos de sucesso no tratamento da saúde mental e defende que a entidade patronal deveria poder comunicar com os trabalhadores em situação de baixa por doença. Por outro lado, lamenta as sociedades muito conservadoras em que todo o peso recai sobre a mãe quando nasce uma criança, enquanto o pai não vê grandes alterações na sua carreira.

A OCDE faz comparações entre países e isso é incrivelmente enriquecedor porque sempre que se comparam países, percebem-se imediatamente coisas novas. Todos os países podem aprender entre si. O Reino Unido é provavelmente um dos países líderes no domínio da saúde mental, especialmente em termos de compreensão da forma como a política de saúde, a política de emprego, a política social e os estilos de trabalho estão interligados.

São mundos diferentes, mas para abordar a saúde mental, tanto em termos de promoção de uma boa saúde mental como de intervenção precoce quando é necessário apoio, temos de os ver como um só.

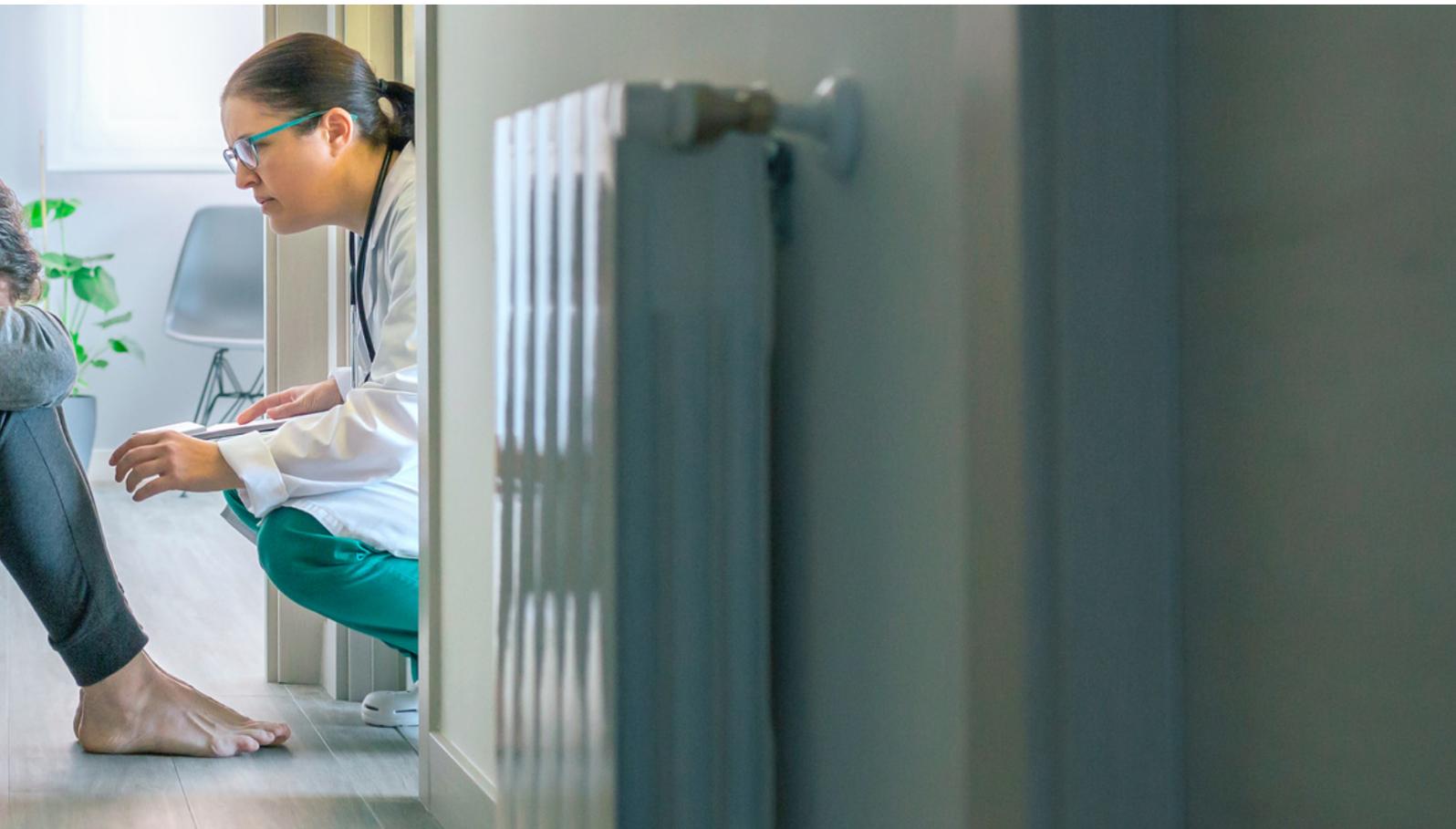


Por exemplo, torna-se um pesadelo para uma abordagem mais integrada se, apenas a título de exemplo, as questões sociais forem tratadas pelo município, as questões de saúde a nível nacional e as questões de emprego a nível regional. Não podemos dizer a alguém que vem com problemas de saúde: vai ao médico, resolve os teus problemas de saúde e, quando estiveres totalmente recuperado, voltas e eu ajudo-te a encontrar um emprego. Essa é uma abordagem absolutamente louca.

Christopher Prinz lembra que há boas práticas em serviços privados de emprego na Dinamarca, que trabalham com psicólogos no próprio serviço. Não tinham praticamente problemas com questões de saúde mental, uma vez que podiam tratar eles próprios de muitas questões ligeiras/moderadas sem sequer envolver o setor da saúde.

Outro exemplo é o Reino Unido, um país que se empenha efetivamente na aplicação de práticas baseadas em provas. No que diz respeito às intervenções no domínio da saúde mental, uma abordagem bem estudada e eficaz é a **Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC)**. A TCC é uma intervenção de curto prazo que consiste normalmente em seis a dez sessões. O seu foco é a mudança de comportamento para enfrentar os desafios.

O sucesso da TCC levou à sua implementação generalizada, mas rapidamente se percebeu que a integração de especialistas em emprego no serviço era crucial, especialmente tendo em conta a sua ligação ao emprego. Assim, o Reino Unido assegurou com êxito que os indivíduos que acediam ao TCC também recebiam apoio de especialistas em contexto laboral. Esta integração revelou-se uma vantagem significativa.





Manter contacto é crucial

Estudos efetuados demonstraram que, quando se está ausente do trabalho durante quatro ou cinco meses devido a doença, é muito difícil voltar a trabalhar. Por conseguinte, é fundamental que os médicos compreendam que, embora o repouso possa ser necessário, é também importante falar com um especialista em emprego o mais rapidamente possível, para determinar se o emprego atual não é adequado e encontrar o tipo de trabalho certo. Uma ação imediata pode evitar que a pessoa seja aconselhada a não fazer nada durante seis meses.

A maior parte dos países tem uma política de doença em que os trabalhadores podem tirar uma licença por doença e obter um atestado de doença do seu médico, que determina a duração da sua ausência com base nos regulamentos do país. No entanto, a legislação laboral proíbe frequentemente a entidade patronal de comunicar com os trabalhadores em situação de baixa por doença, devido a questões de confidencialidade e privacidade.

Assim, os empregadores não podem inquirir sobre o motivo da ausência ou abordar quaisquer potenciais questões relacionadas com o trabalho. Esta situação é contraproducente porque dificulta a comunicação quando surgem problemas, apesar do sinal dado pela ausência por doença.

As práticas de confidencialidade variam consoante os países, o que faz com que os empregadores não tenham conhecimento da situação do trabalhador durante a ausência por doença. Não existe informação sobre a data de regresso e os dados de saúde, que são protegidos por direito. No entanto, seria útil para os empregadores receberem atualizações sobre a capacidade de trabalho do trabalhador, uma vez que, muitas vezes, as pessoas que estão de baixa por doença ainda podem contribuir de alguma forma.

Manter o contacto é crucial, porque períodos prolongados de falta de comunicação aumentam a probabilidade de ausência prolongada. Esta política é prejudicial, uma vez que pode levar à perda de emprego a longo prazo devido a problemas de saúde, dificultando a obtenção de um novo emprego devido ao ceticismo em torno das ausências prolongadas.

O “fardo” de ser mãe

Muitas mulheres trabalhadoras sofrem de depressão pós-parto (DPP). E algumas dessas mulheres lutam para regressar aos seus empregos ou não têm o apoio necessário para regressar ao trabalho e criar os filhos ao mesmo tempo. Este é um bom exemplo de como todas estas coisas estão ligadas entre si e precisam de ser abordadas em conjunto. Começámos a falar de saúde mental, igualdade de género e política materna, o que é correto porque estão todos interligados.

De acordo com os dados que temos, os problemas de saúde mental são mais prevalentes entre as mulheres do que entre os homens, e isso varia consoante o país e o grupo. Depende também da medida em que estes problemas são divulgados. Se incluirmos o abuso de substâncias, os homens estão tipicamente sobre-representados, enquanto a depressão é mais comum entre as mulheres, e algumas delas estão relacionadas com o parto, mas não todas.

Este é um bom exemplo da necessidade de adotarmos uma abordagem holística, e há muitas outras questões a considerar. O facto de continuarmos a ter sociedades muito conservadoras em que todo o peso recai sobre a mãe quando nasce uma criança e o pai não vê grandes alterações na sua carreira é um dos problemas. Talvez ele tire uma semana de licença de paternidade, mas isso não muda nada.

De repente, as dificuldades que a mãe enfrenta é enorme, e todas as políticas de acolhimento de crianças e de licença parental são, na verdade, políticas de saúde mental. De um modo geral, precisamos de melhores políticas em todos os domínios para conseguirmos melhores resultados em termos de saúde mental em todas as frentes.





Em alguns países da OCDE, a igualdade entre homens e mulheres é elevada e a qualidade e disponibilidade de estruturas de acolhimento de crianças é também elevada. No entanto, noutros países, não existem estruturas de acolhimento para crianças com menos de três anos ou, quando existem, são inaceitáveis para a mãe, que prefere ser ela a cuidar do seu filho. São muitas as pressões maternas que surgem ao mesmo tempo, para além da depressão pós-parto.

O que é bastante frequente é o facto de muitas mulheres passarem por um período muito curto após o parto, que algumas conseguem ultrapassar rapidamente, mas outras não. Infelizmente, este é outro exemplo de uma questão que não é adequadamente discutida ou abordada. Tem aspetos positivos e negativos. Um elemento extremamente importante é falar com os outros. Não guarde para si os problemas com que se debate. Encontre alguém com quem possa falar, quer seja um familiar, um amigo ou um profissional. Idealmente, caso se trate de um problema que enfrenta no trabalho, procure formas de falar com a sua direção, superiores ou chefias e, pelo menos inicialmente, com alguém confidencial, um serviço que, esperemos, a sua entidade patronal possa oferecer.

Mas procure formas de falar sobre o assunto. É claro que, para começar, tem de ter consciência de si próprio e perceber que há algo de que precisa de falar. Mas não evite falar sobre o assunto, porque as coisas não vão necessariamente desaparecer e precisa de encontrar formas de as resolver.

Mental Health Awareness: Insights From An OECD Policy Analyst (aligntoughts.com)

Com Align Thoughts

+ vantagens



www.fne.pt

Há +vantagens em ser associado(a)
dos sindicatos da FNE

Consultar protocolos



8 DE MARÇO DE 2024 | 15H30 - 18H30

Auditório do SPZN
Rua de Costa Cabral, 1035 - Porto

Transmissão online zoom



SEMINÁRIO

Desigualdade de género e insucesso escolar

8
Dia
Internacional
da Mulher
Março



Anabela Serrão
IAVE - coordenadora nacional dos estudos internacionais



Alina Vaz
FNE - Secretária-Nacional



Álvaro Santos
AFIET - Vogal da Direção



Joaquim Santos
AFIET - Vogal da Direção



FICHA TÉCNICA | FEVEREIRO 2024

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS



FILIAÇÃO

